

Relatório de Gestão 2023

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Sumário

UMA MENSAGEM DO MINISTRO	4
CONTEXTO E MATERIALIDADE	7
CAPÍTULO 1 • VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	9
1.1. Identificação, missão e visão	10
1.2. Indicação das principais normas direcionadoras, com links de acesso	11
1.3. Estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança	11
1.4. Cadeia de valor, macroprocessos, valor público e modelo	12
1.5. PPA 2020-2023 - objetivos, metas e resultados 2023	13
1.6. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pelo MCom	14
1.7. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo MCom	17
CAPÍTULO 2 • RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	18
2.1. Principais riscos (desafios e as incertezas) identificados	19
2.2. Principais oportunidades identificadas	20
CAPÍTULO 3 • GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	22
3.1. Atuação da Estrutura de Governança e relacionamento com a sociedade e as partes interessadas	23
3.2. Objetivos estratégicos, responsáveis e vinculação com o PPA	23
3.3. Planos de curto prazo e resultados alcançados	24
3.4. Resumo dos resultados dos programas e projetos estratégicos	27
3.5. Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão	30
3.6. Principais ações de supervisão, controle e correição adotadas	31
CAPÍTULO 4 • INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	39
4.1. Resumo da situação financeira do MCOM e da evolução 2023x2022	40
4.2. Contas relativas aos fundos de financiamento e resultados	44
4.3. Principais fatos contábeis e situação financeira em 2023	45



4.3.1 - Contratos Operacionais de Maior Materialidade	49
4.4. Conclusões de auditorias independentes, dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos	54
4.5. Locais de acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas	55
4.6. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis	55

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS	56
----------------------------------	-----------

Anexo 1 - Gestão de Pessoas	57
Anexo 2 - Licitações e Contratos	58
Anexo 3 - Convênios e Transferências	59
Anexo 4 - Cumprimento das Recomendações de Auditoria	60
Anexo 5 - Acórdãos Publicados em 2023 pelo Tribunal de Contas da União	61
Anexo 6 - Tabela de Riscos e Medidas de Controle	62
Anexo 7 - Indicadores e Resultados	64



Uma Mensagem do Ministro

Apresento o Relatório de Gestão de 2023 do Ministério das Comunicações.

Ele está organizado nos seguintes capítulos:

I - Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo, onde destacamos nossa Missão, Visão, Estrutura Organizacional e de Governança, além do nosso programa no PPA 2020-2023, o Programa Conecta Brasil, que superou a meta de “Ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00%”, totalizando 91,5% em 2023, além dos contratos de gestão e do ecossistema de relacionamento do MCom.

II - Riscos, Oportunidades e Perspectivas, onde registramos os resultados da nossa gestão de riscos, com a Matriz de Riscos MCom, e as principais oportunidades observadas no ano de referência: PAC, Plano Nacional de Inclusão, Edital 4G, G20 e Plataforma Gov.BR.

III - Governança, Estratégia e Desempenho, com a análise da contribuição da estrutura de governança do MCom para o desempenho alcançado em 2023 - com 88% das metas estratégicas atingidas (15 de 17), os bons resultados do Programa Governa, criado para o fortalecimento da nossa governança interna, e as principais ações de supervisão, controle e correção adotadas.

IV - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis - com o registro da situação financeira e contábil do MCom e os dados relativos aos nossos fundos de financiamento, além das informações sobre auditorias realizadas.

V - Anexos, onde outras informações relevantes estão registradas e podem ser observadas de maneira detalhada.

Considerando que o Planejamento Estratégico Institucional – PEI do órgão tem abrangência entre os anos de 2020 e 2023, foi iniciado nesse ano o desenvolvimento do planejamento que alcançará as ações do Ministério para o período de 2024 a 2027, cuja importância se revela maior ainda por causa da reestruturação do Governo Federal, após o início da atual gestão no ano de 2023, com seu correspondente rearranjo institucional e de competências.

Em cumprimento às competências atribuídas ao órgão, por intermédio do art. 23, da Lei nº 14.600, de 19.03.2023, importantes ações foram desencadeadas no âmbito do Ministério, de modo a permitir o desenvolvimento das áreas afetas, iniciativas que possibilitaram a realização de investimentos superiores a 11 milhões de reais, que buscam garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.

Atento à atuação das entidades vinculadas ao Ministério das Comunicações, importante norma foi referendada, como a Lei nº 14.744, de 30.11.2023, que permitirá a realização de investimentos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e na Telecomunicações Brasileiras S.A., por meio da contratação direta por parte de órgãos públicos federais da administração direta e das entidades da administração indireta federal.

De modo a garantir o cumprimento dos serviços postais e monitorar os parâmetros de qualidade de entrega e de universalização de atendimento desses serviços postais básicos a serem cumpridos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, este Ministério realiza importante acompanhamento do desempenho dessas ações, publicando os correspondentes [resultados](#).

Em relação aos serviços de banda larga móvel 4G, avanços significativos foram verificados com o acréscimo de mais de mil localidades atendidas com essa tecnologia, ao passo que a Banda

Larga 5G teve mais de 250 novos municípios contemplados ao longo do ano, com as operadoras avançando além das obrigações do Edital do 5G.

Ainda na esteira da conectividade, vale destacar a edição do Decreto nº 11.713, de 26.09.2023, que instituiu a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas – ENEC, referendado pelo Ministério das Comunicações e pelo Ministério da Educação, cujo objetivo é de levar conectividade com velocidade adequada e rede interna para as 138.355 escolas da rede pública de educação básica até 2026, o qual prevê investimentos da ordem de R\$ 8,8 bilhões.

Quanto à conectividade em Unidades Básicas de Saúde, foi incluída no Novo PAC a meta de implantar conexão à Internet de qualidade em 23.876 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Básica de Saúde Indígenas (UBSI) até o fim de 2026, que tem sinergia com a conectividade nas escolas, devido à proximidade geográfica dos equipamentos públicos a serem utilizados.

Tendo como objetivo beneficiar famílias carentes, o Programa Internet Brasil realizou em 2023 três rodadas de distribuição de chips aos alunos integrantes de famílias inscritas no CadÚnico de escolas públicas municipais e estaduais dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Pernambuco, totalizando a entrega de 10.518 chips para alunos matriculados em tais estabelecimentos.

No âmbito do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, administrado por um Conselho Gestor com representatividade deste Ministério, foram desembolsados recursos superiores a R\$ 350 milhões pelos agentes financeiros do Fundo, cujos recursos são destinados à concessão de crédito ao setor privado, em projetos de interesse do setor de telecomunicações.

Quanto ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, administrado por um Conselho Gestor, com representatividade deste Ministério, foram desembolsados recursos superiores a R\$ 1 bilhão, aos agentes financeiros para a execução da política pública voltada para o estímulo à expansão, ao uso e à melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações.

Tendo em vista a transversalidade do tema da conexão de Internet no Governo Federal, foi editada portaria interministerial com o Ministério de Minas e Energia, que instituiu a Política Nacional de Compartilhamento de Postes, visando garantir a sustentabilidade e crescimento da banda larga fixa, além de garantir a segurança da população e adequação visual das instalações de telecomunicações nos postes.

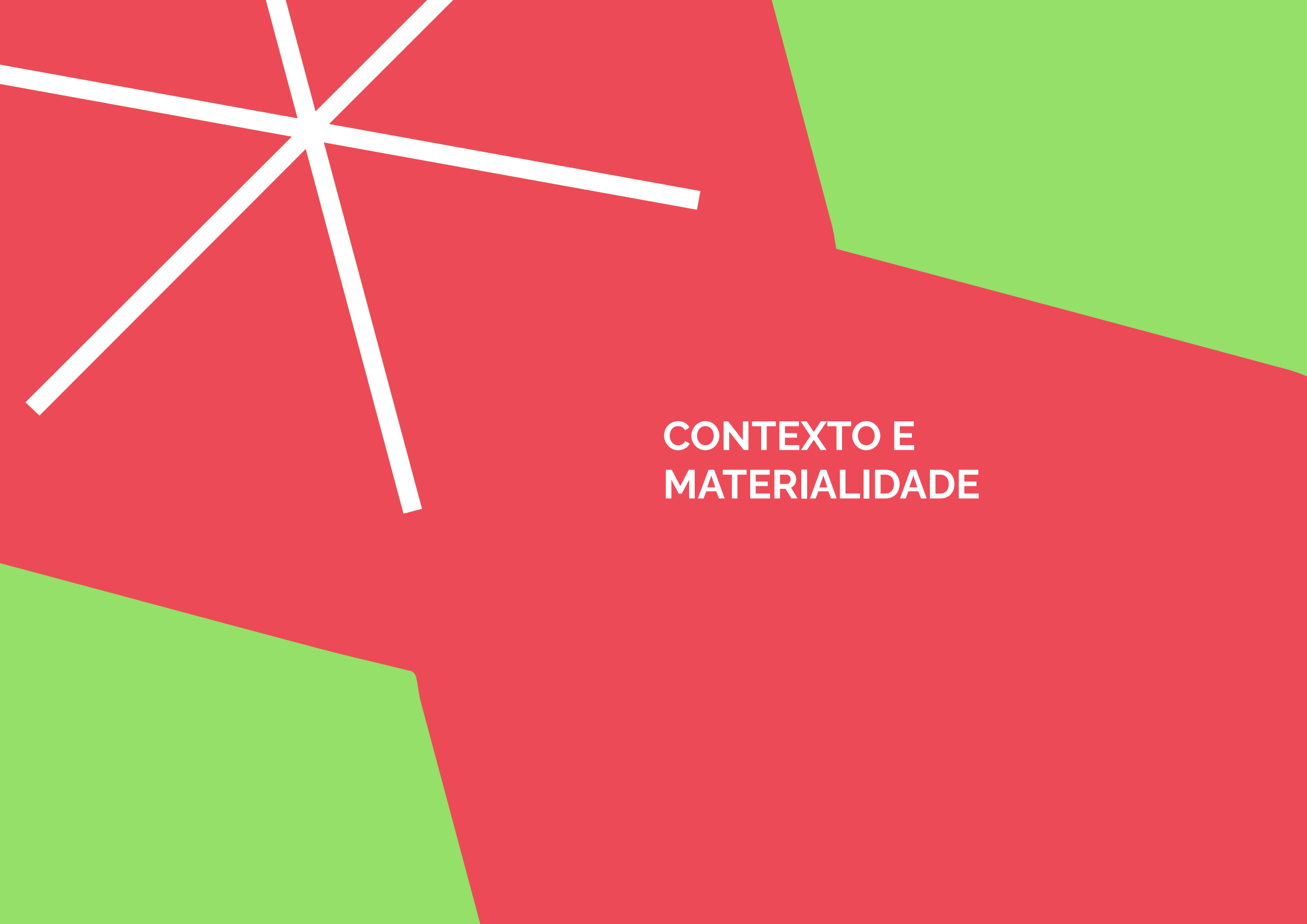
Relativamente ao Programa Computadores para Inclusão, em 2023, foram doados 5.755 computadores, foram realizados 10 cursos de formação, com 12 mil alunos formados em 18 unidades da federação, sendo investidos aproximadamente R\$ 5 milhões na ampliação e manutenção do Programa, além do aporte de R\$ 7 milhões por meio de Emendas Parlamentares.

Fechando a parte das ações em Telecomunicações, foi instituído o Programa Nacional de Melhoria da Cobertura e da Qualidade da Banda Larga Móvel (ConectaBR), por meio da Portaria MCOM nº 10.787, de 19.10.2023, com o objetivo de garantir que a população de periferia, áreas rurais e aglomerados subnormais, de qualquer região do País, possa experimentar a mesma qualidade de serviço disponível nos maiores centros urbanos, contemplando a realização de Blitz em diferentes localidades do território nacional, de modo a aferir a qualidade do sinal de transmissão de telefonia móvel.

Em relação à competência atribuída ao setor de radiodifusão, 3 ações principais foram desencadeadas na área responsável, sendo

a primeira focada na desburocratização, por meio da revisão dos principais atos normativos e digitalização de serviços ofertados ao setor, a segunda iniciativa foi focada na expansão, por meio de ações para o aumento da cobertura dos serviços no País e a última ação tendo como enfoque a inovação, voltada para o fomento de novas tecnologias para a Televisão Digital.

Por fim, no que diz respeito ao fluxo de análise de outorgas de autorização de radiodifusão, percebeu-se um aumento expressivo do volume de processos deliberados no ano, com números bem superiores aos analisados nos últimos 4 anos.



CONTEXTO E MATERIALIDADE

Inspirado no espírito desbravador de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, seguindo a trilha de suas expedições em busca da integração nacional por meio da comunicação telegráfica, este Relatório de Gestão é apresentado.

Como outrora, conectar o Brasil e seus cantos e recantos ainda é um grande desafio. Traçando um paralelo entre Rondon e suas três expedições, destacamos neste documento a atuação do Ministério das Comunicações em três eixos: telecomunicações, radiodifusão e serviços postais. Este Relatório de Gestão, além de instrumento de prestação de contas, reúne informações sobre como a estratégia, a governança, o desempenho do MCOM, bem como a contribuição das entidades vinculadas, levaram à geração de valor público ao longo do ano de 2023.

Assim, o conteúdo do Relatório de Gestão de 2023 foi selecionado observando, primeiramente, o objetivo de apresentar as informações estratégicas, relevantes e concisas na prestação de contas, conforme disposto na [Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#) e na [Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022](#), que estabelece normas complementares para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal a partir de 2022, bem como as diretrizes e orientações normativas contidas na Política de Governança da administração pública federal direta – [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2023](#).

A materialidade deste Relatório se concentra na apresentação dos dados sobre como o Ministério empreende esforços declarados em seus objetivos estratégicos, em seus insumos, atividades e processos com vistas a gerar produtos e resultados que atendam às necessidades da população brasileira no que diz respeito a telecomunicações, a radiodifusão e a supervisão ministerial.





CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 - Identificação, missão e visão

O **Ministério das Comunicações (MCom)** é um órgão da administração federal direta, recriado em junho de 2020, com a edição da [Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#). A [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#) que estabelece a organização básica dos órgãos do Poder Executivo federal, atribuiu à Pasta as seguintes competências:

“Art. 23. Constituem áreas de competência do Ministério das Comunicações:

- I - política nacional de telecomunicações;
- II - política nacional de radiodifusão;
- III - política nacional de conectividade e de inclusão digital;
- IV - serviços postais, serviços digitais, telecomunicações e radiodifusão;

e

- V - rede nacional de comunicações, incluída a rede privativa de comunicação da administração pública federal.”

Os elementos norteadores da atuação do ministério estão estabelecidos em seu [Planejamento Estratégico 2021-2023](#) como:

MISSÃO

Ampliar a conectividade e aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação

A “conectividade” mencionada na missão contempla os serviços de comunicação eletrônica e a ideia de inclusão de todos os brasileiros no contexto mundial de revolução tecnológica. O MCom existe,

ainda, para dar amparo ao crescimento econômico e promover a infraestrutura necessária à difusão dessas novas tecnologias aos brasileiros.

VISÃO

Tornar o País referência na democratização da conectividade e no uso das tecnologias de informação e comunicação

Três pilares fundamentais foram estruturantes na formulação da visão: o acesso a tecnologias de comunicação, a liberdade de pensamento e o direito à informação. Os três pilares estão bastante interconectados no sentido de que a oportunidade de acesso às tecnologias de comunicação é ferramenta fundamental, no mundo atual, para o pleno exercício da liberdade de pensamento e para o acesso à informação.

Deste modo, o que se espera para o país no setor de comunicações no futuro é que sejamos **referência na democratização do acesso às tecnologias de comunicação digital para fortalecer cada vez mais a participação do cidadão no debate público**, ou até mesmo na vida pública, munido de informação de qualidade.

Cabe ressaltar que, no segundo semestre de 2023, o MCom iniciou a Jornada Estratégica para elaboração de um novo Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2024-2027 com a realização da capacitação de seus servidores em ecossistemas e pensamento sistêmico e estratégia.

1.2. Indicação das principais normas direcionadoras, com links de acesso

Recriação em 2020: [Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#).

[Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#) que estabelece a organização básica dos órgãos do Poder Executivo;

[Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#) define a estrutura regimental;

[Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023](#), aprovou o regimento interno do Ministério das Comunicações e divulgou o

quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.

Maiores informações sobre atos normativos que regem atuação do órgão podem ser acessadas na página do gov.br/mcom.

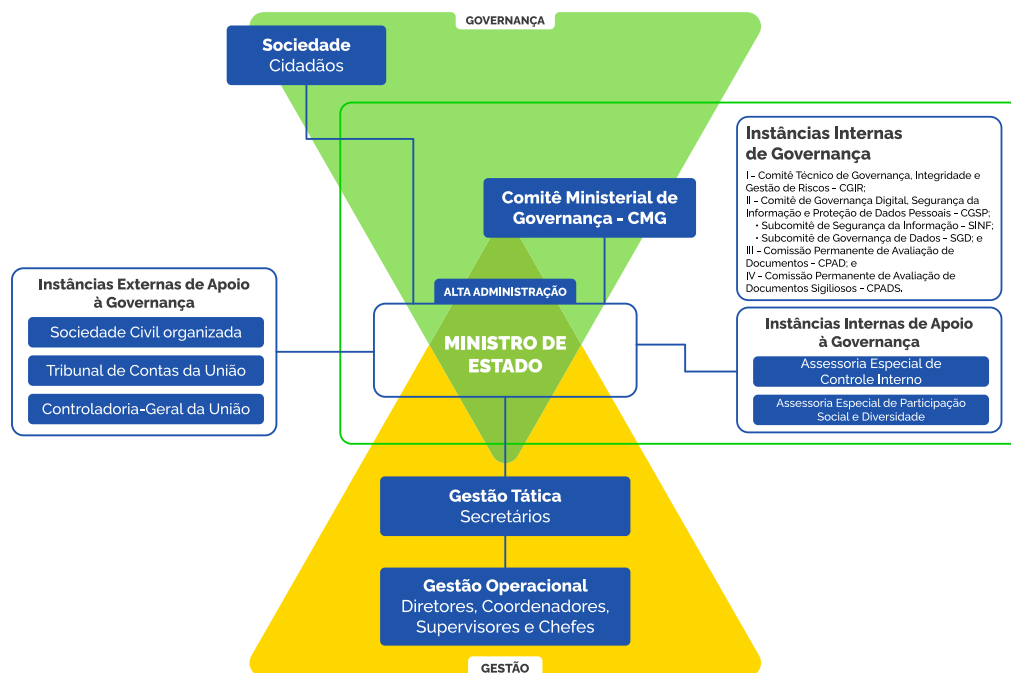
1.3. Estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança

A estrutura organizacional do Ministério das Comunicações está disposta conforme organograma a seguir:

A Política de Governança do MCom foi estabelecida pela Portaria nº 8.490, de 24 de fevereiro de 2023, está constituída em instâncias internas e externas de governança e de apoio, sendo que na instância



externa está o controle social organizado, incluindo ali os órgãos de controle e de defesa do Estado, enquanto na instância interna está o Comitê Ministerial de Governança – CMG e respectivos comitês técnicos, além da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI. A figura a seguir representa o modelo de governança adotado pelo Ministério:



1.4 - Cadeia de valor, macroprocessos, valor público e modelo de negócio

A **Cadeia de Valor** integrada do Ministério das Comunicações foi definida no início de 2021, logo após a sua recriação, em 2020, com a participação de técnicos e gestores do órgão. Em 2023, com a publicação da [MP nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023](#), que transferiu a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) da estrutura do MCom para a Presidência da República, a Cadeia de Valor foi atualizada, suprimindo o conteúdo pertinente à SECOM. Portanto, em 2023, a Cadeia de Valor do MCom esteve composta

por 7 macroprocessos finalísticos e outros 7 macroprocessos de governança e suporte, sendo que as principais entregas do MCom à sociedade estão relacionadas ao estabelecimento de diretrizes estratégicas para as comunicações, à massificação do acesso a tecnologias de comunicações e à regulação do setor das comunicações com a finalidade de garantir a efetividade e a qualidade dos serviços de comunicações. O diagrama está disponível em: gov.br/MCom.





Impactos

Impactos

- Ampliação de conectividade
- Melhoria da qualidade de serviços de telecomunicações
- Maior disponibilidade de serviços de comunicação digital

Ampliação do alcance dos
serviços postais
Integração Nacional

Aos destinatários
População brasileira

No ciclo do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, o Ministério das Comunicações foi responsável pelo Programa 2205 - Conecta Brasil, cujo principal objetivo era “promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país”, com meta de “ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00%”, resultado superado em 2023, **quando se alcançou 91,5% de domicílios com acesso no país.**

O diagrama a seguir apresenta o consolidado de informações sobre metas e resultados intermediários do MCom no PPA 2020-2023, sob o recorte do ano de 2023:

*indicador não apurado em 2023 (dado de 2021).

**indicador não apurado em 2023 (dado de 2021). Embora não haja apuração, o IBGE (PNAD TIC 2022, publicada em 11/2023) constatou avanços significativos no uso de TICs nos domicílios brasileiros.*

“Embora não haja confirmação da Anatel, foi informado de forma preliminar pelas operadoras, ao final de 2023, o atendimento de um total de 734 localidades em todo o país. Grande parte dos compromissos de cobertura está sob responsabilidade de prestadoras que dispõem de área de outorga nacional, e que podem decidir atender localidades situadas em quaisquer das regiões de sua área de outorga, a depender de suas próprias estratégias de negócio.

Diagrama nº 1. Resultados PPA 2020-2023.

1.6 - Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pelo MCom

O contrato de gestão é um acordo formal celebrado entre duas partes, geralmente entre uma entidade pública e uma organização privada ou pública, com o objetivo de estabelecer metas, responsabilidades e critérios de desempenho para a gestão de determinadas atividades ou serviços. É uma ferramenta que visa aprimorar a qualidade dos serviços prestados, promover a eficiência e otimizar o uso dos recursos públicos.

O Ministério das Comunicações (MCom) participa como interveniente do contrato de gestão celebrado com a [Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP](#) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado instituída por particulares, qualificada como Organização Social por meio do Decreto Presidencial de 9 de janeiro de 2002.

Em 2023, o Ministério das Comunicações (MCom) firmou o 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (Ciclo 2021-2030) com a RNP para a execução de dois importantes projetos: a Infovia Estadual do Acre e o Projeto Luminárias 5G, conforme tabela a seguir.

**Se refere ao valor já acrescido de correção financeira, para o Projeto Luminárias 5G, provenientes da descontinuidade do Projeto Piloto de Conectividade das Escolas Sem Energia, contratualizado no 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão RNP 2021-2030, por meio de Nota de Empenho 2022NE000247, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)*

16º TERMO ADITIVO – CONTRATO DE GESTÃO MCOM X RNP

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

212H – MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998)

PROJETOS	Infovia Estadual do Acre
DESCRIÇÃO	O Projeto beneficiará cerca de 21 campi de instituições de ensino e pesquisa, hospitais, e parques tecnológicos, além de viabilizar infraestrutura para atender a 294 escolas. Tem como objetivos: instalar conectividade 100 Gbps para conexão do PoP-AC em Rio Branco – AC; ampliar a rede comunitária da capital; capacitar profissionais e instituições no uso de aplicações (nuvem e segurança cibernética); e interiorizar a conectividade, através da ampliação de infraestruturas existentes, implantação de infraestruturas em cidades com inexistência de redes de acesso de alta capacidade e da expansão da infraestrutura da rede acadêmica em rotas para cidades polo do interior.
NOTAS DE EMPENHO	2023NE000227

VALORES (R\$) R\$ 5.398.000,00

PROJETOS	Projeto das Luminárias 5G
DESCRIÇÃO	Projeto piloto que visa integrar a tecnologia 5G com a infraestrutura de iluminação pública, visando a viabilidade dessa integração em uma escala mais ampla (futura política pública) e estabelecendo parcerias estratégicas com o setor privado, especialmente em regiões menos desenvolvidas. A iniciativa abrange considerações técnicas, legais e de modelos de negócio, com o intuito de criar um padrão replicável a municípios interessados, sendo o piloto em um município que abrigue instituições de ensino superior com proximidade a escolas de ensino médio, permitindo apoio simultâneo às redes de pesquisa e inovação e às escolas da comunidade local. Também objetiva produzir um exame dos modelos de operação para a estruturação de uma rede neutra.
NOTAS DE EMPENHO	2022NE000247

VALORES (R\$) R\$ 6.329.995,80*

Os projetos contemplados na celebração do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (Ciclo 2021-2030) com a RNP estão alinhados com os objetivos estratégicos do MCom, tendo em vista que ambos buscam garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.

Especialmente em relação ao acesso a serviços e à inclusão digital, o Projeto de Infovias Estaduais, no qual insere-se o Infovia Estadual do Acre, visa integrar localidades interioranas à rede nacional e mundial para ciência, tecnologia e inovação. Desta forma, os objetivos se dão por meio da implantação de uma moderna infraestrutura de telecomunicação, promovendo, com isso, a inclusão digital dos estados e municípios, com significativo impacto social para a população local.

O Projeto Piloto das Luminárias 5G também se destaca como uma ação de acesso a serviços de qualidade de telecomunicações, proporcionando inclusão digital e inovação. A implementação dessa infraestrutura promete redução de custos e aprimoramento da qualidade dos serviços de telecomunicações, além de ser uma alternativa, via fomento, para a transformação digital em nível municipal.

Desta forma, estes projetos estão diretamente alinhados com as diretrizes estratégicas definidas pela cadeia de valor MCom, com destaque para a “massificação da internet de alta velocidade e o estímulo à transformação digital” e o “fomento à implantação de infraestruturas, com ênfase em interoperabilidade e segurança de redes”.

Quanto aos resultados obtidos, ainda não é possível mensurá-los, uma vez que a liberação dos recursos ocorreu apenas em dezembro de 2023. Portanto, a mensuração de tais resultados será analisada somente no próximo ano.

Programa Computadores para Inclusão

Em 2023, foram acompanhadas 99 Transferências Voluntárias (Termos de Convênios, Colaboração e de Execução Descentralizada):

Situação do Instrumento	Quantidade	Valor
Em Execução	48	R\$ 5.398.000,00
Celebrados	7	R\$ 21.582.965,60
Prestações de Contas, no âmbito técnico, concluídos	34	R\$ 37.814.154,53
Prestações de Contas com análise iniciada em 2023	10	R\$ 11.793.428,25
TOTAL	99	R\$ 97.187.988,92

Tabela nº 1. Resumo das transferências voluntárias. Em número. Em reais.

Foram criados 269 Pontos de Inclusão Digital em 18 Unidades da Federação e doados 5.755 computadores.

Ainda, foram ofertados 10 cursos de formação, resultando em 12.812 alunos capacitados para o mercado de trabalho:

Situação do Instrumento	Nº Formados
Desenvolvimento e Programação	1.865
Educação Ambiental	481
Empreendedorismo e Mídias Digitais	1.176
Informática Básica	5.749
Informática Intermediária	637
Manutenção de Smartphones	414
Montagem e Manutenção de Computadores	2.097
Preparatório para o Mercado de Trabalho	118
Robótica	171
Práticas Extracurriculares	104
TOTAL	12.812

Tabela nº 2. quantidade de computadores doados por estado. Em número

Região	Nº Formados
Norte	1.106
Nordeste	4.635
Centro-Oeste	709
Sudeste	5.370
Sul	992
TOTAL	12.812

Tabela nº 3. quantidade de formados por região. Em número.

Foram celebradas parcerias com a Gestora para Resíduos Equipamentos Eletroeletrônicos – GREEN ELETRON, o Instituto Coca-Cola Brasil e Recofarma Indústria do Amazonas LTDA, designada Coca-Cola, e com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de aprimorar as ações do Programa Computadores para Inclusão, com foco na ampla capacitação voltada ao mercado de trabalho, como complemento à capacitação já realizada nos Centros de Recondicionamento de Computadores – CRCS, bem como a melhoria da qualidade de ensino e estrutura para a população.

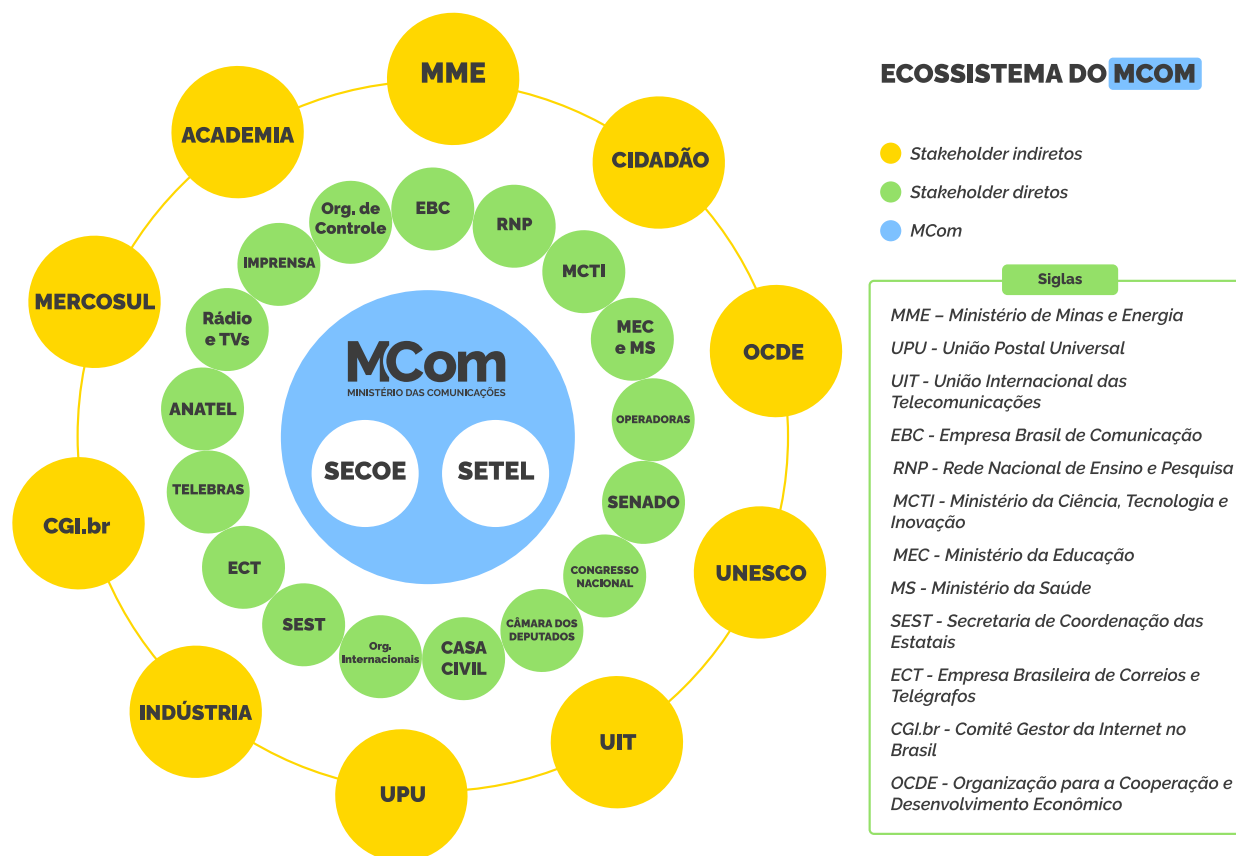
Foram investidos aproximadamente R\$ 5 milhões na ampliação e manutenção do Programa, com o aporte por meio de 9 Termos Aditivos aos instrumentos já celebrados. Além disso, foi aportado R\$ 7,3 milhões por meio de Emendas Parlamentares.

O programa destinou 648 toneladas de resíduos de forma ambientalmente correta, seja por meio do recondicionamento, possibilitando novas doações, seja pelo encaminhamento para os fluxos de reciclagem, sendo 32.385 CPUs, 6.418 notebooks, 26.487 monitores, 8.752 impressoras e 58.156 outros componentes de informática.

1.7 - Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo MCom

O MCom se relaciona com diversos agentes direta ou indiretamente. De forma direta esse relacionamento se dá quando os resultados da atuação do Ministério dependem de algum elemento a ser prestado por esses agentes, ou ainda quando os valores gerados pelo MCom são utilizados por esses atores. Ou seja, quando há uma troca de valores direta ou interdependente entre o MCom e o agente, como é o caso do processo de outorgar e/ou renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens que pressupõe apreciação do Congresso Nacional, conforme exigência constitucional – [Art. 223, § 1º](#).

Indiretamente, o relacionamento se dá com os agentes que são beneficiários das políticas públicas executadas pelo MCom, e, ainda com aqueles que propõem agendas a serem consideradas para formulação das nossas políticas, programas ou ações. Exemplo principal desta relação é o cidadão, que além de ser o beneficiário das políticas públicas providas pelo MCom, ainda atua na propositura de pautas – por meio da participação social, e também é agente fiscalizador da atuação do órgão através do controle social, como, por exemplo, através da nossa Ouvidoria MCom, cujos dados estão detalhados no capítulo Governança, Estratégia e Desempenho.





CAPÍTULO 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 - Principais riscos (desafios e as incertezas) identificados

Em 2023 o MCom realizou o processo de revisão geral dos seus riscos, tendo como perspectiva os macroprocessos organizacionais e objetivos definidos pelo Órgão para o PPA 2024/2027. Esse processo resultou em 3 Planos de Gestão de Riscos, contendo a identificação de 22 riscos, com definição de respectivas medidas e ações para tratamento dos eventos, com intuito de reduzir a potencialidade de ocorrência ou seus impactos/consequências. As informações discriminadas sobre os riscos, suas causas e consequências, bem como as medidas de tratamento estão disponíveis no Anexo nº 6 deste relatório de Gestão.

MATRIZ DE RISCOS MCOM 23/24

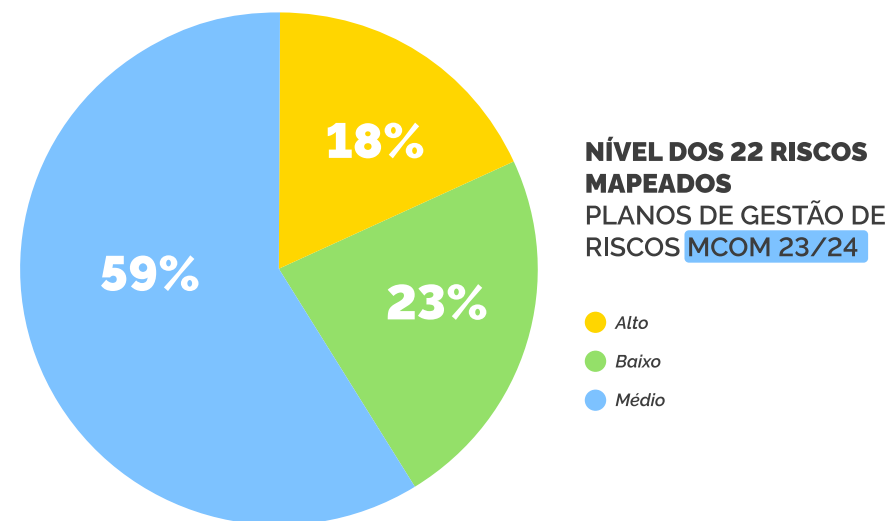
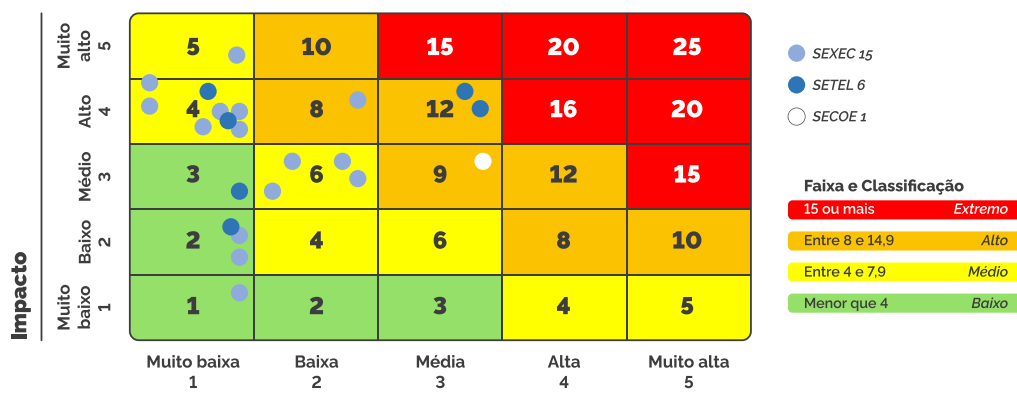


Gráfico nº 1: quantidade de riscos por classificação. Percentual do total.
Tem-se que nível de riscos: Risco inerente (probabilidade x impacto) * nível de controles existentes = RISCO RESIDUAL.

Conforme gráfico acima, dos 22 riscos identificados, apenas 5 (23%) classificam-se no nível de apetite de risco definido pelo MCom, conforme [Resolução CMG/MCOM Nº 1/sei, de 15/09/2022](#), que é o nível "baixo". Os riscos por tipo de tratamento podem ser observados no gráfico a seguir.

TIPO DE TRATAMENTO DOS RISCOS

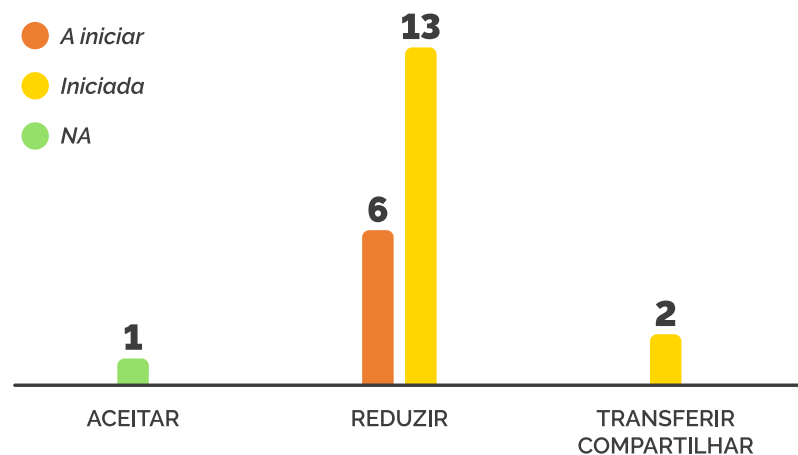


Gráfico nº 2: quantidade de riscos por tipo de tratamento. Número.

2.2 - Principais oportunidades identificadas



O ano de 2023 foi marcado pela Inclusão Digital e a Conectividade no Novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que prevê universalizar a conectividade a 138 mil escolas públicas e conectar 24 mil unidades básicas de saúde. Também abrange a expansão da conectividade móvel 4G e 5G e de redes de fibra ótica nas cinco Regiões do País. Destaca-se a ampliação de redes de telecomunicações nas regiões Norte e Nordeste, reduzindo disparidades regionais.

Com o [Decreto nº 11.542/2023](#), instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de produzir subsídios para a elaboração da proposta Plano Nacional de Inclusão Digital. O plano abrangerá o desenvolvimento socioeconômico, a conectividade

universal e significativa, o letramento digital e a promoção de habilidades digitais, com foco na educação e na saúde.

Por fim, ressalta-se o início da presidência do G20 pelo Brasil a partir de 1º de dezembro de 2023, pelo período de um ano. O governo federal lidera os preparativos das reuniões técnicas do Grupo de Trabalho de Economia Digital (*Digital Economy Working Group – DEWG/G20*) e da Reunião de Ministros de Economia Digital.

Oportunidades associadas ao Objetivo Estratégico

Expansão da Digitalização da TV Aberta

Editais 4G

Novo PAC

Plataforma Gov.br

O Programa Digitaliza Brasil teve como oportunidade em 2023 a utilização de recursos remanescentes do Edital do 4G, da Anatel, para instalar estações de Retransmissão de Televisão (RTV) e distribuir receptores de televisão em 1565 municípios brasileiros que só contavam com sinais analógicos. Ademais, foram assegurados investimentos expressivos ao setor de radiodifusão no âmbito do novo Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC) para o projeto para expansão da TV digital pública a 250 municípios brasileiros.

Ainda em relação a oportunidades observadas em 2023, houve melhoria de fluxos internos de trabalho por meio da alteração de normativos dispendo sobre procedimentos relativos às outorgas dos serviços de radiodifusão, além de avançar na digitalização de seus serviços pela plataforma Gov.br, fazendo frente ao grande volume de requerimentos apresentados pelo setor.

Oportunidade	Probabilidade	Magnitude
Novo PAC	ALTA	ALTA
Plano Nacional de Inclusão (GT)	ALTA	ALTA
G20 – presidência pelo Brasil	ALTA	ALTA
Edital 4G	ALTA	ALTA
Plataforma Gov.BR	ALTA	ALTA



CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 - Atuação da Estrutura de Governança e relacionamento com a sociedade e as partes interessadas

Na condição de orientadora do processo de tomada de decisão, a governança é responsável pela implantação e pelo acompanhamento dos temas estratégicos do Ministério, operacionalizada pelo Comitê Ministerial de Governança, em instância superior composta pela alta liderança (Ministro e Secretários), com auxílio dos comitês temáticos e subcomitês, conforme atribuições previstas na [Política de Governança](#) com reuniões periódicas, que acompanham e avaliam os resultados alcançados no âmbito das diretrizes, objetivos e metas do PEI e do PPA. As atas das reuniões dos comitês do MCom estão disponíveis em: gov.br/mcom.

Ademais, a sociedade e demais partes interessadas, atuam por meio do controle da participação social, tanto na propositura quanto no acompanhamento da execução da estratégia do MCom, e a materialização dessa cooperação se dá por meio dos nossos canais de comunicação, como, por exemplo, a Ouvidoria e a Assessoria de Participação Social e Diversidade, além do relacionamento com o Congresso Nacional e com os órgãos de controle.

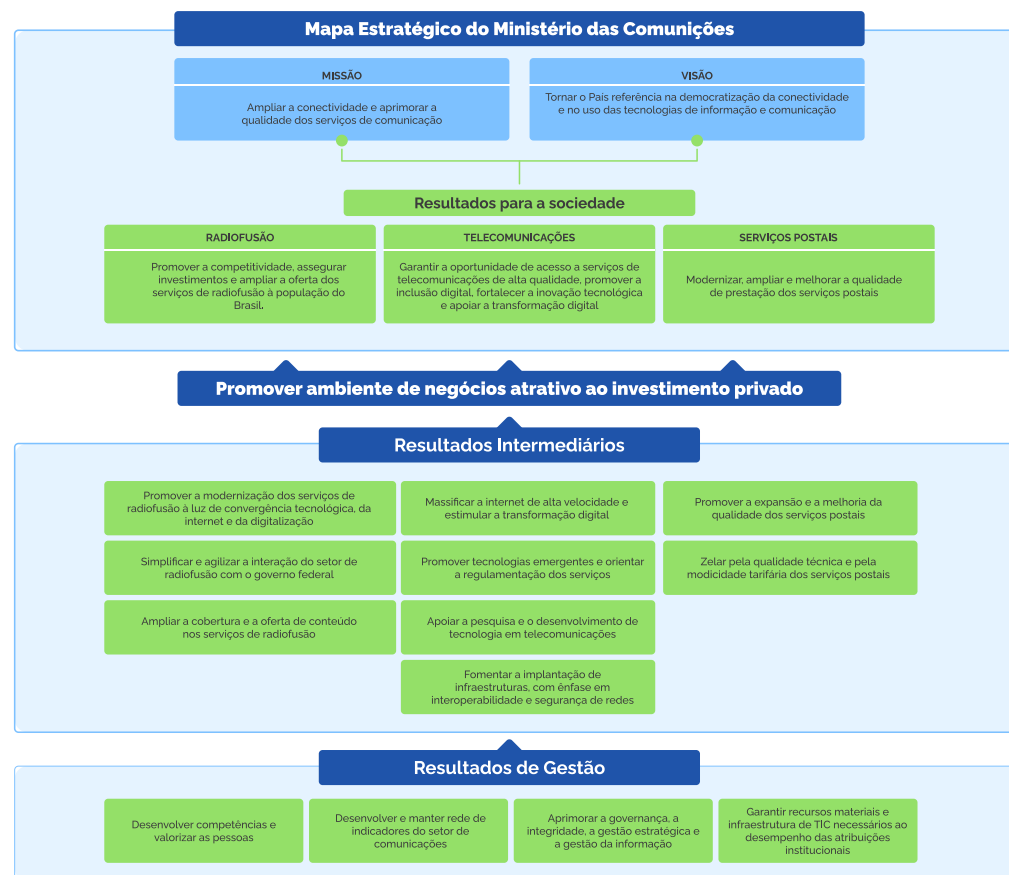
3.2 - Objetivos estratégicos, responsáveis e vinculação com o PPA

A partir da definição do Mapa Estratégico e sua Cadeia de Valor, tem-se a pormenorização dos objetivos estratégicos em seus indicadores e metas.

Em virtude do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023, que alterou o nome da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) para Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) e que excluiu a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) da estrutura do MCom, o Caderno do Planejamento Estratégico, disponível no sítio da pasta, sofreu edições no tocante à nomenclatura da SECOE e a supressão

dos dados referentes à SECOM.

Restando, assim, os Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Iniciativas pertinentes à SECOE, Secretaria Executiva (SEEXEC) e Secretaria de Telecomunicações (SETEL).



É importante destacar a convergência dos resultados intermediários do PPA 2020-2023 e do Mapa Estratégico do MCom, sobretudo com os Objetivos Estratégicos de Radiodifusão e de Telecomunicações, conforme destaque abaixo:

Tabela Objetivos Estratégicos MCom x Resultados Intermediários PPA 2020-2023

Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil.	0064 - Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
	0066 - Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI).
	0067 - Melhoria no Índice de Cibersegurança Global.
Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.	0067 - Melhoria no Índice de Cibersegurança Global.
	0361 - Compromissos do Edital 5G – Atendimento de localidades com tecnologia 4G
	0362 - Compromissos do Edital 5G – Atendimento de cidades com tecnologia 5G

Tabela nº 4 - Objetivos Estratégicos MCom x Resultados Intermediários PPA 2020-23 - elaboração própria

Os demais objetivos estratégicos não encontram relação direta com os resultados intermediários do PPA 2020-2023, embora tal fato não tenha implicado em nenhum prejuízo para o alcance dos seus resultados.

Mais informações sobre os resultados do MCom no âmbito do PPA 2020-2023 podem ser encontradas no capítulo 1 (item 1.5) e no anexo 7, onde são apresentados os indicadores e metas dos objetivos estratégicos do MCom e seus respectivos resultados de 2023.

No item 3.4 deste Relatório estão destacados os resultados dos programas, projetos e iniciativas que propiciaram os resultados para sociedade previstos nos objetivos estratégicos de radiodifusão, telecomunicações e serviços postais.

3.3 - Planos de curto prazo e resultados alcançados

Os Planos Nacionais de Outorga (PNO's) são documentos que apresentam para a sociedade, de forma objetiva, todas as localidades que serão contempladas com a oportunidade de novas outorgas em cada um dos serviços de Radiodifusão. Tais documentos possuem um cronograma específico contendo a previsão de todos os Editais de Seleção Pública subsequentes e as localidades contempladas em cada um destes Editais. O PNO foi criado com o intuito de dar uma maior transparência à sociedade sobre os processos e procedimentos necessários para que as localidades sejam contempladas com oportunidades de novas outorgas.

Em 2023 foram lançados os 3 editais previstos no [PNO 2022](#) para o serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom), que tinha por objetivo aumentar em 6,45% a cobertura de RadCom existente no Brasil, alcançando o marco de: 70,17% dos municípios do país com pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária. Com o lançamento dos editais foi oportunizada a participação na seleção de fundações ou associações em 216 municípios brasileiros:

MAPA DAS NOVAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL (referentes aos editais abertos)



PARA SER UMA RADCOM:

- 3 seleções em aberto (Editais 208, 209 e 211/2022)
- Quem pode participar: fundações ou associações sem fins lucrativos
- Como fazer: envio de documentos pelo gov.br
- Até quando: 12/05/23

Em dezembro de 2023, foi lançado o Plano Nacional de Outorgas 2023/2024 para Rádios Comunitárias, que visa contemplar 1.418 localidades com oportunidades de novas outorgas até o final de 2024. Assim, ao final dos procedimentos de seleção em curso e os propostos no PNO RadCom 2023-2024, 100% dos municípios do país terão oportunidade de possuir ao menos uma emissora de radiodifusão comunitária, o que representará um incremento de 32,4% em relação à cobertura já existente no país.

Não obstante, em outubro foi publicada a Portaria 10.765/2023 que aprovou o Plano Nacional de Outorgas 2023/2024/2025 para o serviço de retransmissão de radiodifusão de sons e imagens (PNO RTV 2023/2024/2025).

O Plano Nacional de Outorgas lançado tem por objetivo atender a demanda reprimida já cadastrada no Ministério das Comunicações, que atualmente somam 9.650 pedidos, relativos a 2.595 municípios de todas as regiões do país. O lançamento do presente PNO irá proporcionar a expansão da Radiodifusão de forma mais célere a todas as regiões do Brasil, diversificando os conteúdos e informações recebidas pela população.

Ao final, serão lançados oito editais que contemplarão municípios de todo território nacional. A escolha na ordem dos editais tomou como base a quantidade de canais solicitados combinados com o Índice de IDH de cada estado a fim de viabilizar editais que atendessem números semelhantes de canais cuja ordem de lançamento dará preferência aos estados mais carentes. Ao final das análises, havendo viabilidade técnica, espera-se contemplar 1630 municípios e um total de 3010 novos canais.

Ainda em 2023, o MCom renovou o contrato com a Telebras para dar continuidade ao Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) - WI-FI Brasil. O programa é responsável por garantir acesso à internet para escolas, unidades de saúde, comunidades

rurais, quilombolas e indígenas, e unidades de segurança localizadas em áreas de difícil acesso e em vulnerabilidade social. O serviço também permite o monitoramento da Amazônia e o acesso em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Com a garantia de investimentos de mais de R\$ 3 bilhões de reais para instalação e manutenção de 28 mil pontos de acesso gratuito à internet, por meio de fibra óptica e via satélite, em todo País ao longo dos próximos 5 anos.





3.4 – Resumo dos resultados dos programas e projetos estratégicos

Os resultados da atuação do MCom também estão refletidos no alcance das metas definidas para os objetivos estratégicos. Em 2023, 88% das metas (15 de 17) foram alcançadas ou superadas, o que reflete a execução das iniciativas/atividades previstas no Planejamento Estratégico Institucional.

Destacamos a seguir, por objetivo estratégico, os programas, projetos e indicadores, com seus respectivos resultados alcançados em 2023. O detalhamento dos indicadores e resultados alcançados, bem como as justificativas para o não alcance ou a superação em mais de 10% de cada meta pode ser observada no Anexo 7 “Indicadores e Resultados”, ao final deste relatório.

OBJETIVO ESTRATÉGICO Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil.	PROGRAMAS E PROJETOS Programa Digitaliza Brasil - 1,57 mil municípios com sinal digital de TV e 1 milhão de famílias atendidas com kits conversores para tv digital 127 Migrações de rádios AM para FM, além de 16 novas concessões de TV	
INDICADOR Número de outorgas dos serviços de radiodifusão (TVE, FM e Radcom)	METAS 10.070	RESULTADO 2023 10.212
Percentual de digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens	96%	98%
Quantitativo de Documentos/Tarefas concluídos no período	3.000	3.097
Número de outorgas de serviços ancilares à radiodifusão (RTVD e RTR)	16.793	15.863

OBJETIVO ESTRATÉGICO Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.	PROGRAMAS E PROJETOS Projeto Norte e Nordeste Conectados - 20 cidades alcançadas Wifi Brasil - mais de 21 mil pontos de internet gratuita com banda larga e mais de 16 mil escolas públicas Internet Brasil - 10.518 chips para alunos de 45 escolas públicas Banda Larga 5G - mais de 250 novos municípios contemplados	
INDICADOR Índice de conectividade para o Brasil	METAS 0,959	RESULTADO 2023 0,959
Pontos instalados no âmbito do Programa Wi-Fi Brasil	20.100	21.349

Acessos 4G ativos	190 milhões	194.6 milhões
Dispositivos IoT conectados	18 milhões	20,6 milhões
Quantidade de acessos de banda larga fixa	44 milhões	47,9 milhões
Percentual de instrumentos de aplicação de recursos anuais do Funttel aprovados	100%	100%
Cidades conectadas nos trechos de infovias implantadas no âmbito do Programa Norte e Nordeste Conectados	20	20
Processos de debêntures analisados em até 60 dias	75%	100%
Percentual de aplicação de recursos orçamentários disponibilizados ao FUST	100%	100%

OBJETIVO ESTRATÉGICO Desenvolver competências e valorizar pessoas	PROGRAMAS E PROJETOS Plano de Desenvolvimento de Pessoas	
INDICADOR Percentual de Servidores do MCom que participaram ou estão em capacitação de, no mínimo, 20h no período de apuração	METAS 30%	RESULTADO 2023 24%

OBJETIVO ESTRATÉGICO Desenvolver e manter a rede de indicadores do setor de comunicações.	PROGRAMAS E PROJETOS Elaboração de dashboards administrativos Elaboração de painel de dados do setor de comunicações Elaboração de informações de bolso - GM e SEXEC	
INDICADOR Percentual de execução do plano de BI do Mcom	METAS 100%	RESULTADO 2023 100%
OBJETIVO ESTRATÉGICO Aprimorar a governança, a integridade, a gestão estratégica e a gestão da informação	PROGRAMAS E PROJETOS Implantar governança em privacidade de dados Implantar Sistema de governança, integridade e gestão de risco Instituir e implementar programa de integridade Implementar a metodologia de Gestão de Riscos Implantar o Planejamento Estratégico MCom	
INDICADOR Percentual de execução do projeto de implantação do sistema de governança do MCom no período	METAS 100%	RESULTADO 2023 100%
OBJETIVO ESTRATÉGICO Garantir recursos materiais e infraestrutura de TIC necessários ao desempenho das atribuições institucionais	PROGRAMAS E PROJETOS Realizar a gestão e fiscalização de contratos de TIC Estabelecer e implementar normas de governança de TI Prover equipamentos e serviços de infraestrutura Manter alta disponibilidade do ambiente tecnológico do Ministério	
INDICADOR Percentual de execução do PDTIC em relação ao planejado para cada ano	METAS 22,50%	RESULTADO 2023 50%

DEMAIS PROGRAMAS E PROJETOS



Mais informações sobre nossos programas e projetos podem ser acessadas no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades>.

SERVIÇOS POSTAIS

O Ministério das Comunicações é o órgão responsável por garantir a universalização postal, tendo como um de seus objetivos estratégicos o de “modernizar, ampliar e melhorar qualidade de prestação dos serviços postais”. Os parâmetros de qualidade de entrega e de universalização de atendimento e de entrega dos serviços postais básicos a serem cumpridos pela ECT são definidos pela [Portaria MCOM Nº 2.729, de 28 de maio de 2021](#). O MCOM acompanha mensalmente o desempenho da empresa postal e publica os resultados em gov.br/mcom.

- Quanto aos índices de entrega no prazo (qualidade), o de cartas e cartões-postais atingiu média anual de 85,46%. Relativamente à eficiência da entrega de impressos, houve alcance de 84,97%. O resultado de entrega das encomendas não urgentes foi de 97,00%.
- Relativamente à universalização de atendimento postal, a empresa disponibilizou 9.552 posições aos seus clientes. Houve avanço acumulado de 96 pontos em relação a 2022.

- Foi observada a ausência de agências físicas da ECT em apenas 15 dos 5.570 municípios brasileiros.
- No que tange à universalização de entrega postal, em 2023 a ECT esteve efetuando a entrega em 9.172 distritos brasileiros com população maior ou igual a 500 habitantes.

REVISÃO DA PORTARIA DE METAS DE QUALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO POSTAIS

A Portaria MCOM Nº 2.729, de 28 de maio de 2021, que estabelece diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais e índices de qualidade estabelece metas a serem cumpridas pela ECT até 2024. Por esse motivo, teve início em 2023 o processo de atualização da Portaria, que incluirá conceitos mais modernos, com novas metas para os anos de 2024 a 2028. Além disso, serão incorporadas metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa, indicador que passará a ser acompanhado pelo MCOM.

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERGOVERNAMENTAIS POSTAIS

Em outubro de 2023, o Ministério das Comunicações coordenou a participação da delegação brasileira no 4º Congresso Extraordinário da União Postal Universal (UPU), em Riade, Arábia Saudita. Esse Congresso aprovou o início do processo de abertura daquele organismo intergovernamental ao setor postal ampliado, o que vai amplificar as relações entre governo (Ministério e ECT) e operadores privados e demais entidades interessadas no setor postal. O Congresso de Riade também aprovou a política de ação climática a ser aplicada ao setor postal, as novas diretrizes para serviços financeiros postais e outros assuntos setoriais urgentes. Anterior ao Congresso UPU, o Ministério e a ECT participaram ativamente das reuniões preparatórias organizadas pela União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), que discutiram os diversos pontos

de vista dos países membros, ação importante para consolidar os interesses regionais durante aquele Congresso postal mundial.

3.5 - Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

Embasado nas premissas de governança pública, o Ministério das Comunicações (MCom), desde a sua criação, busca a melhoria de seus mecanismos de liderança, estratégia e controle — e, além disso, tem implantado diversos normativos e realizado atos administrativos com esta finalidade. Assim, o Ministério começou a desenhar seu modelo de governança, baseando-se no modelo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Criado a partir dessa necessidade de aprimorar a governança dentro do Ministério, o [Programa Governa MCom](#) tem por objetivo a adoção de boas práticas de governança pública por meio do direcionamento estratégico e do monitoramento da gestão e se baseia no levantamento de Governança e Gestão Públicas realizado pelo TCU.

O Governa MCom está distribuído nos seis (6) eixos do iGG (índice integrado de Governança e Gestão públicas), a saber: Gestão de Pessoas; Liderança; Controle interno; Gestão orçamentária; Gestão em contratações; e Liderança estratégica. O programa conta também com a elaboração de Planos de Ação para cumprimento de todas as questões ainda pendentes de implementação dentro do Ministério.

O modelo de governança é a representação clara e pública de como funciona ou deveria funcionar a governança na organização. O alcance de uma boa governança depende, fundamentalmente, da definição e da implantação de um modelo de governança adequado ao tamanho, complexidade, negócio e perfil de risco da organização. É papel fundamental da liderança avaliar o modelo de governança adotado e ajustá-lo ao contexto e aos objetivos organizacionais,

comunicando-o adequadamente às partes interessadas.

Com o Programa Governa MCom, o Ministério criou suas instâncias de controle, monitoramento e avaliação, incorporando-as à sua estrutura básica. Com base no questionário de avaliação do TCU foram definidos Planos de Ação para cada questão que o MCom, em 2021, não tinha obtido êxito.

A avaliação e o monitoramento da governança contribuem para que qualquer instituição produza o maior valor possível com os recursos que ela tem. Dispor de mecanismos específicos para avaliar e monitorar a evolução da governança é imprescindível para se obter um diagnóstico fidedigno.

Os planos de ação, com respectivos prazos e responsáveis, são monitorados mensalmente tendo como referência a evidência de sua realização para determinação da conclusão do plano.



De acordo com os dados do Gráfico abaixo temos o aumento do nível de governança do MCom, passando o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - iGG de 48,5% em 2021 par a **88,61%** em 2023.

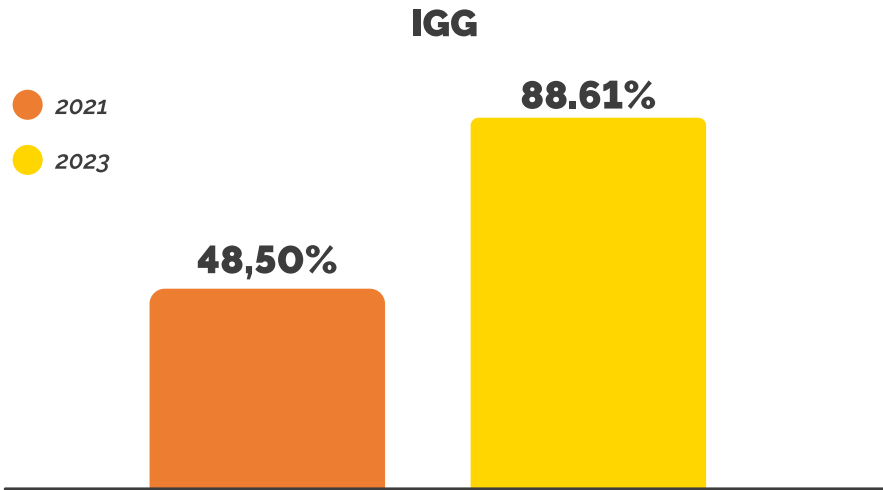


Gráfico nº 3 - evolução no IGG – ferramenta de autoanálise.

Especificamente, em relação às capacidades internas temos o gráfico abaixo que demonstra a evolução nos índices de governança interna do Ministério no comparativo entre 2022 e 2023.

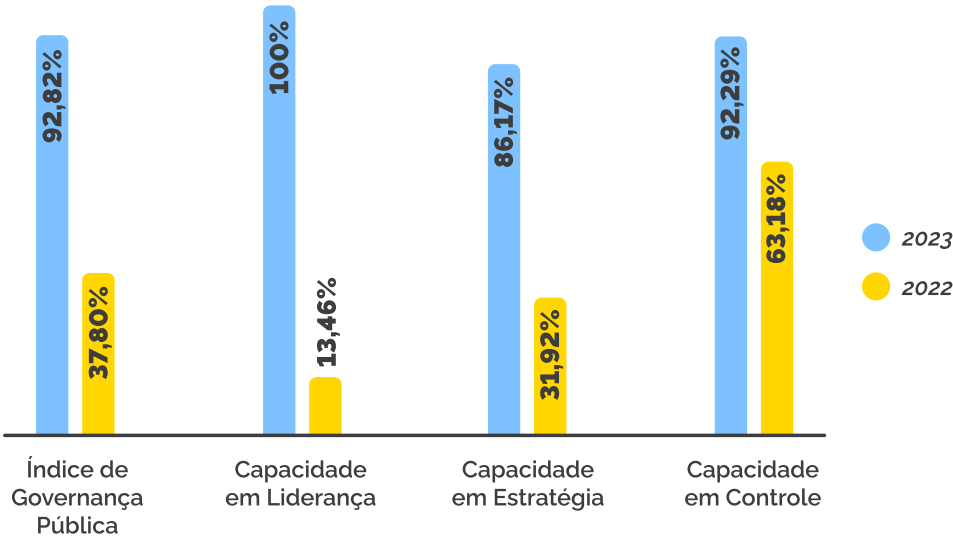


Gráfico nº 4 – Evolução nos índices de Governança

3.6 - Principais ações de supervisão, controle e correição adotadas

Assessoria Especial de Controle Interno – AECI

Unidade a que compete assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão; além de assisti-lo no pronunciamento de que trata o art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Em 2023, a AECI atuou nos seguintes comitês e grupos de trabalho:

Comitê Ministerial de Governança - CMG	Portaria MCom nº 8.490, de 24 de fevereiro de 2023
Comitê Técnico de Governança, Integridade e Gestão de Risco - CGIR	Portaria MCom nº 8.490, de 24 de fevereiro de 2023
Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais - CGSP	Portaria MCom nº 8.490, de 24 de fevereiro de 2023
Grupo de Trabalho com a finalidade de instituir o modelo de governança de Análise de Impacto Regulatório - AIR e de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR, no âmbito do Ministério das Comunicações	Portaria MCom nº 9.346, de 3 de maio de 2023

No período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, a quantidade de demandas de órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado que tramitaram pela Assessoria Especial de Controle Interno totalizou 141 (cento e quarenta e um) processos, demonstrados nos seguintes detalhamentos:

Controladoria-Geral da União – CGU	24 (vinte e quatro) processos
Tribunal de Contas da União	34 (trinta e quatro) processos
Ministérios Público Federal/Estadual/Trabalho, Polícia Federal, Tribunal de Justiça, Polícia Civil, Justiça Federal	69 (sessenta e nove) processos
Tomada de Contas Especial	14 (quatorze) pronunciamentos ministeriais

Processos de demandas de órgãos de controle e defesa do Estado tramitados na AECl durante o exercício de 2023

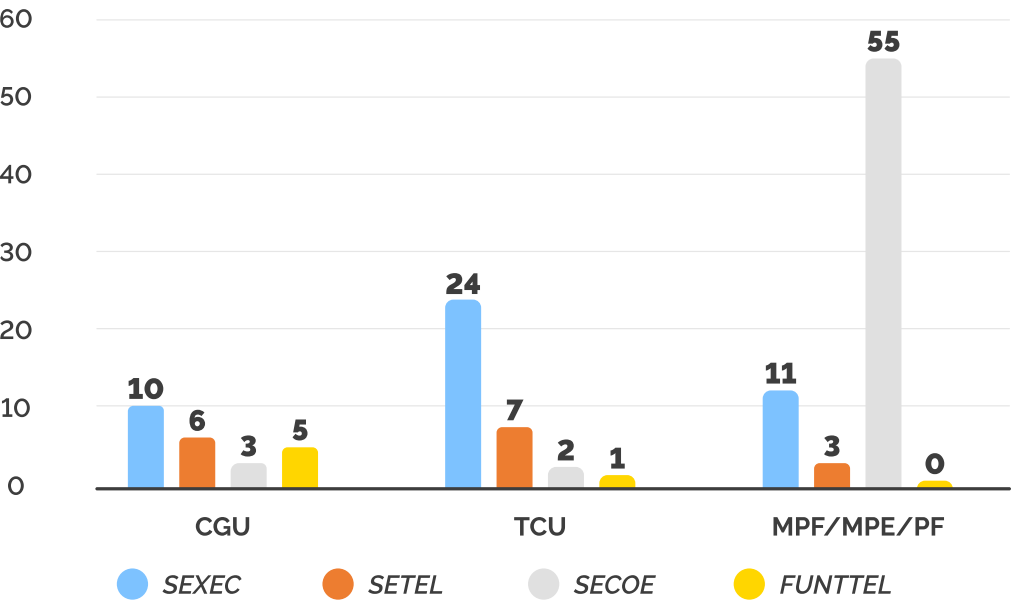


Gráfico nº 5. Fonte: SEI e Banco de Dados

Tomada de Contas Especial

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	13 pronunciamentos ministeriais
Agência Nacional de Telecomunicações	1 pronunciamento ministerial

Fonte: Conecta-TCU e Banco de Dados

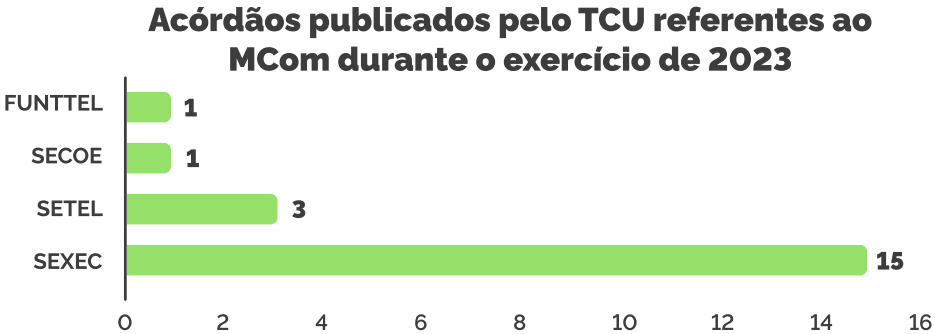


Gráfico nº 6. Fontes: Conecta-TCU e Banco de Dados - Detalhamento no Anexo 5

A Assessoria acompanhou semanalmente a pauta de processos de Tomadas de Contas referentes às entidades vinculadas ao Ministério, dando ciência dos acórdãos exarados à Secretaria-Executiva.

Acórdãos publicados pelo TCU referentes às Entidades Vinculadas durante o exercício de 2023

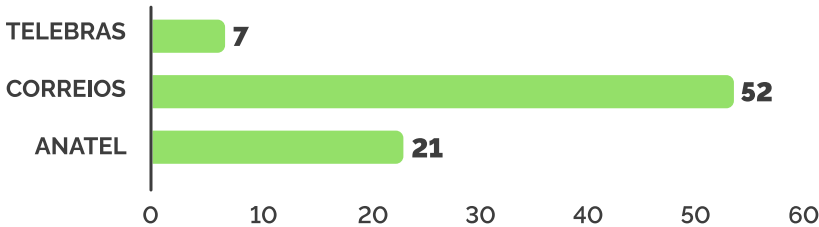


Gráfico nº 7. número de acórdãos por entidade vinculada no ano.

SITAI – Sistema de Integridade Transparência e Acesso à Informação

A partir do Decreto nº 11.529/2023, que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação, a Assessoria Especial de Controle Interno passou a desempenhar a gestão das atividades relativas à integridade, à transparência ativa e ao acesso à informação. A atuação da AEI neste âmbito é periodicamente detalhada no Portal do MCom. (<https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/supervisao-controle-e-correicao>).

I Encontro de Sustentabilidade ESG do Ministério das Comunicações e Entidades Vinculadas

Em relação ao aprimoramento das ações de integridade e controle, foi realizado em agosto o I Encontro de Sustentabilidade ESG do Ministério das Comunicações e Entidades Vinculadas. Na ocasião, Ministério das Comunicações, Anatel, Correios, Telebras e demais interessados discutiram estratégias e compromissos para a promoção da sustentabilidade ESG (ambiental, social e de governança) nas atividades relacionadas à comunicação e aos serviços postais. As informações sobre o evento estão disponíveis no Portal do MCom. (<https://www.gov.br/mcom/pt-br/eventos-mcom/esg>).

Corregedoria

Como unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCor), a Corregedoria do Ministério das Comunicações (MCom) encontra-se sob a supervisão administrativa do Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Comunicações e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU), sendo a unidade responsável pela prevenção e repressão de possíveis irregularidades funcionais cometidas por seus servidores, ou por agentes privados que venham a acarretar prejuízos ao Ministério, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. É de competência da Corregedoria conduzir investigações a respeito de denúncias ou representações

envolvendo a atuação funcional dos agentes públicos do Ministério, bem como a apuração de responsabilidade desses agentes e de entes privados.

Durante o exercício de 2023, a Corregedoria analisou 10 denúncias, que resultaram em 5 arquivamentos por ausência de requisitos mínimos de irregularidade infracional; 3 instaurações de Investigações Preliminares Sumárias, sendo uma delas conjunta com a Corregedoria do Ministério da Fazenda; 1 celebração de Termo de Ajustamento de Conduta; 1 instauração de Sindicância Disciplinar para Servidores Temporários; e 2 denúncias encontram-se em fase de apuração.

No intuito de conscientizar o corpo funcional sobre temas sensíveis, foram divulgados, com a colaboração da Assessoria Especial de Comunicação Social, e-mails aos servidores do MCom voltados à prevenção do assédio moral e do sexual no ambiente de trabalho, bem como os canais de denúncia.

Adicionalmente, foi difundido no âmbito desta Pasta, por meio de cartazes, o Programa “Ética Viva”, de iniciativa da CGU, que objetiva destacar a importância da integridade no ambiente de trabalho, estimulando os servidores, os colaboradores e os dirigentes a adotarem condutas adequadas para a construção de uma administração pública mais eficiente, íntegra e eficaz, com foco na prevenção e no combate da corrupção.

Para conferir as informações correcionais atualizadas e disponibilizadas em transparência ativa, bem como verificar os relatórios de gestão da atividade correcional, clique no endereço eletrônico https://www.gov.br/mcom/pt-br/canais_atendimento/corregedoria.

Ouvidoria
Quantitativo de demandas recebidas e tratadas em 2023

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a Ouvidoria do Ministério das Comunicações – OUV/MCOM recebeu e deu encaminhamento a 2.288 manifestações, classificadas como pedido de acesso à informação (e seus respectivos recursos), além das demandas específicas de ouvidoria, quais sejam: comunicação, denúncia, elogio, reclamação, simplifique, solicitação e sugestão.

A seguir, são apresentados os quantitativos de demandas, destacando as tratadas (respondidas, arquivadas) no âmbito do próprio MCOM e as que foram encaminhadas a outros órgãos ou entidades, em função da competência para a adoção de providências.

TIPO DAS DEMANDAS	TRATADAS PELO MCOM	ENCAMINHADAS PARA OUTRO ÓRGÃO	SUBTOTAIS
Acesso à informação	482	109	591
Recurso de 1ª instância	41	-	41
Recurso de 2ª instância	6	-	6
Recurso de 3ª instância	2	-	2
Comunicação	315	73	388
Denúncia	18	12	30
Elogio	9	2	11
Reclamação	375	188	563
Simplifique	4	2	6
Solicitação	444	109	553
Sugestão	63	34	97
TOTALIZAÇÕES	1.759	529	2.288

Demandas recebidas
pela ouvidoria em 2023

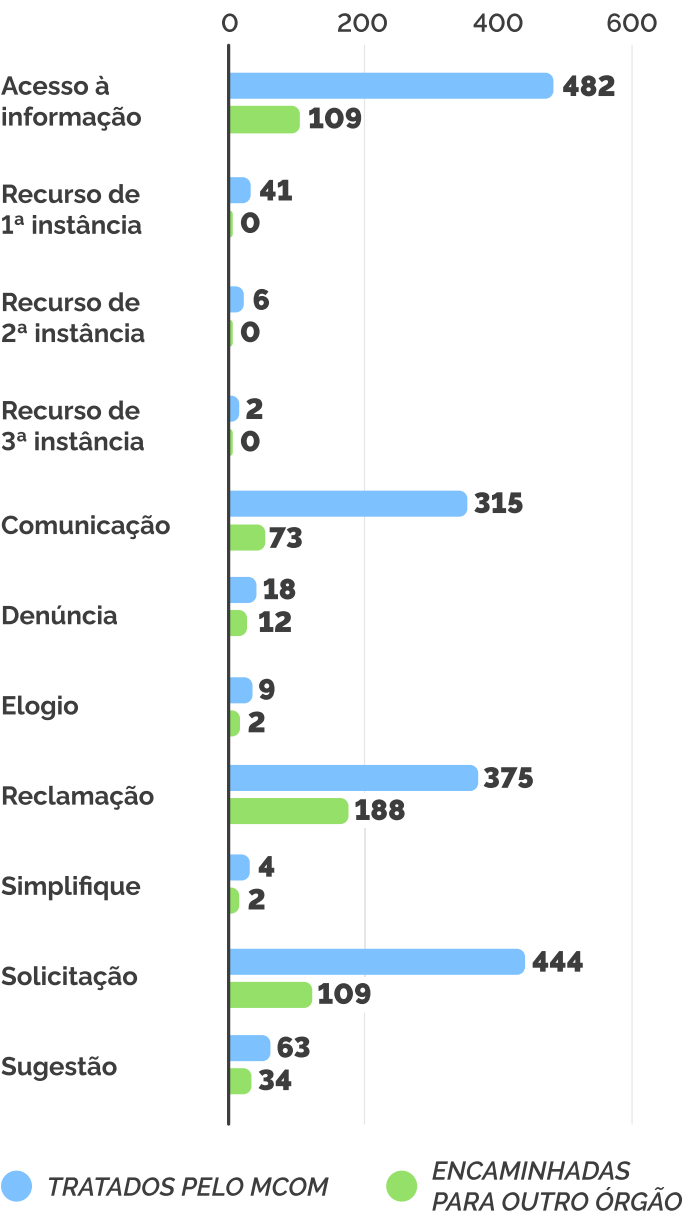


Gráfico nº 8. número de demandas recebidas no ano.

Do total de 2.288 demandas recebidas pela Ouvidoria, 1.228 foram tratadas (respondidas ou arquivadas), diretamente, no âmbito do MCOM, conforme tabela e gráfico a seguir:

TIPO	RESPONDIDAS	ARQUIVADAS	SUBTOTAL
Comunicação	212	103	315
Denúncia	15	3	18
Elogio	8	1	9
Reclamação	339	36	375
Simplifique	3	1	4
Solicitação	407	37	444
Sugestão	53	10	63
TOTALIZAÇÕES	1.037	191	1.228

Demandas tratadas diretamente pela ouvidoria em 2023

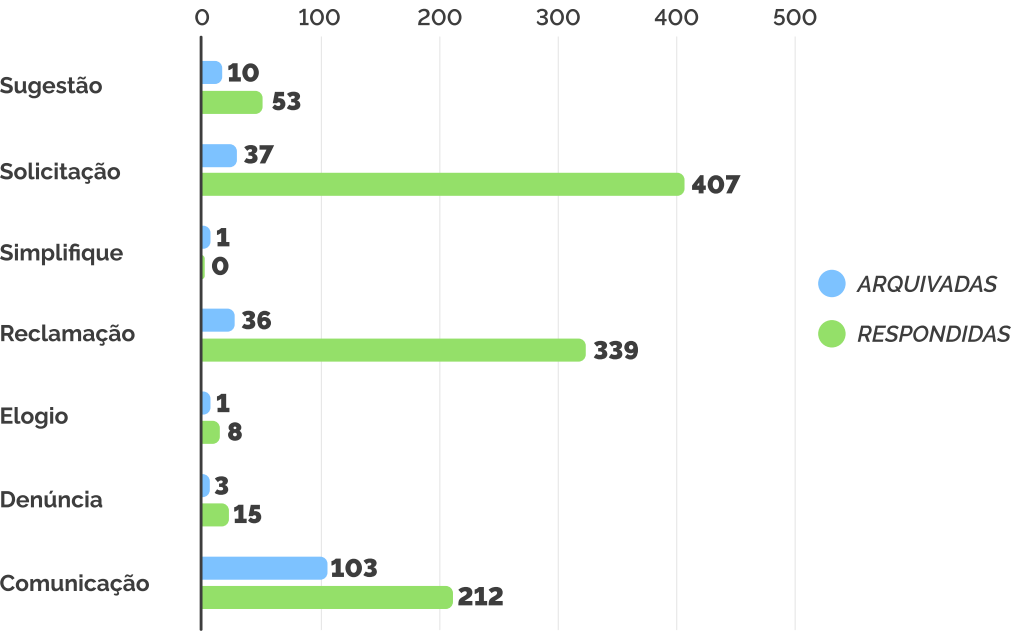


Gráfico nº 9. número de demandas por tipo tratadas no ano.

Prazo médio de atendimento de demandas

O prazo médio de atendimento de Manifestações de Ouvidoria, Pedidos de Acesso à Informação e Recursos (excetuados os recursos de 3ª instância, que são de competência da CGU) está exposto na tabela/gráfico a seguir:



Destaque-se que todas as demandas de Ouvidoria (Manifestações, Pedidos de Acesso à Informação e Recursos) foram atendidas no prazo legal. Havendo considerável ganho de eficiência, especialmente no que tange ao prazo médio de atendimento das demandas submetidas à Ouvidoria do MCOM (especialmente as manifestações de ouvidoria que, em 2023, tiveram seu prazo médio de atendimento reduzido de 11,9 para 8,7 dias).

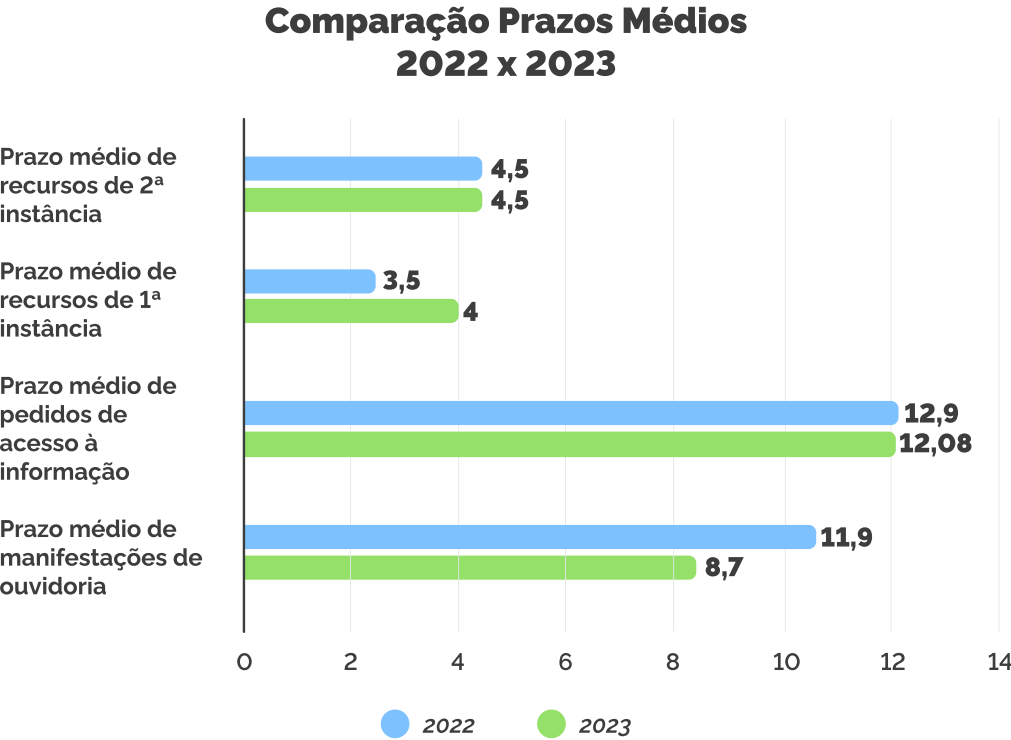


Gráfico nº 10. prazo médio de resposta das manifestações e solicitações de acesso à informação, em dias.

O gráfico a seguir apresenta os assuntos de maior incidência nas Manifestações de Ouvidoria, recebidas no MCom, em 2023.

Manifestações de ouvidoria, por assunto - 2023

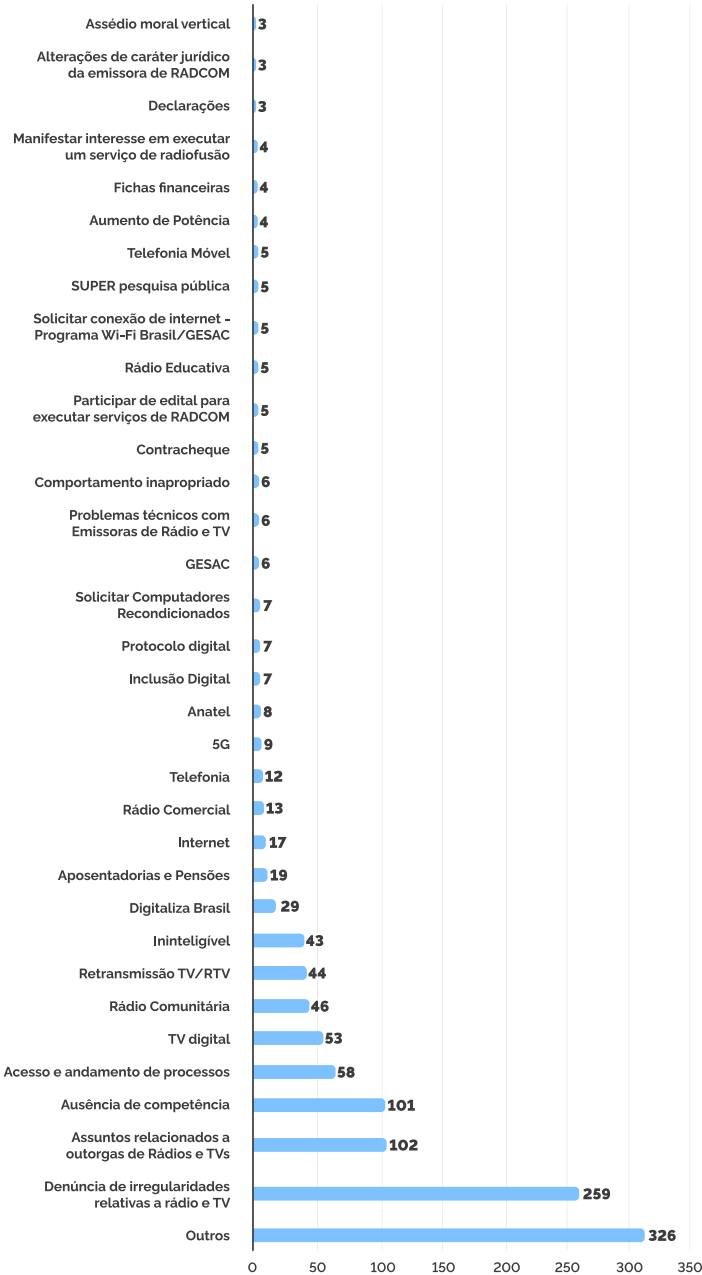


Gráfico nº 11. número de manifestações recebidas por assunto no ano.

O gráfico a seguir apresenta os assuntos de maior incidência nos Pedidos de Acesso à Informação (LAIs), recebidas em 2023 e respondidas diretamente pelo MCOM.

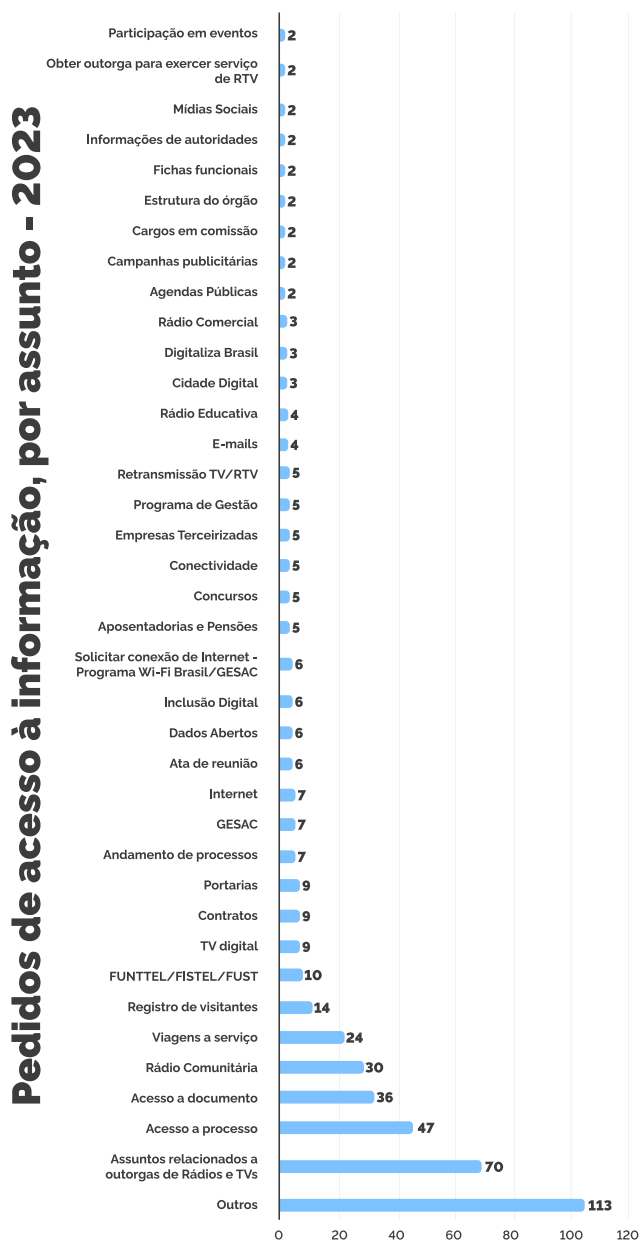


Gráfico nº 12: número de solicitações de acesso à informação recebidas por assunto no ano.

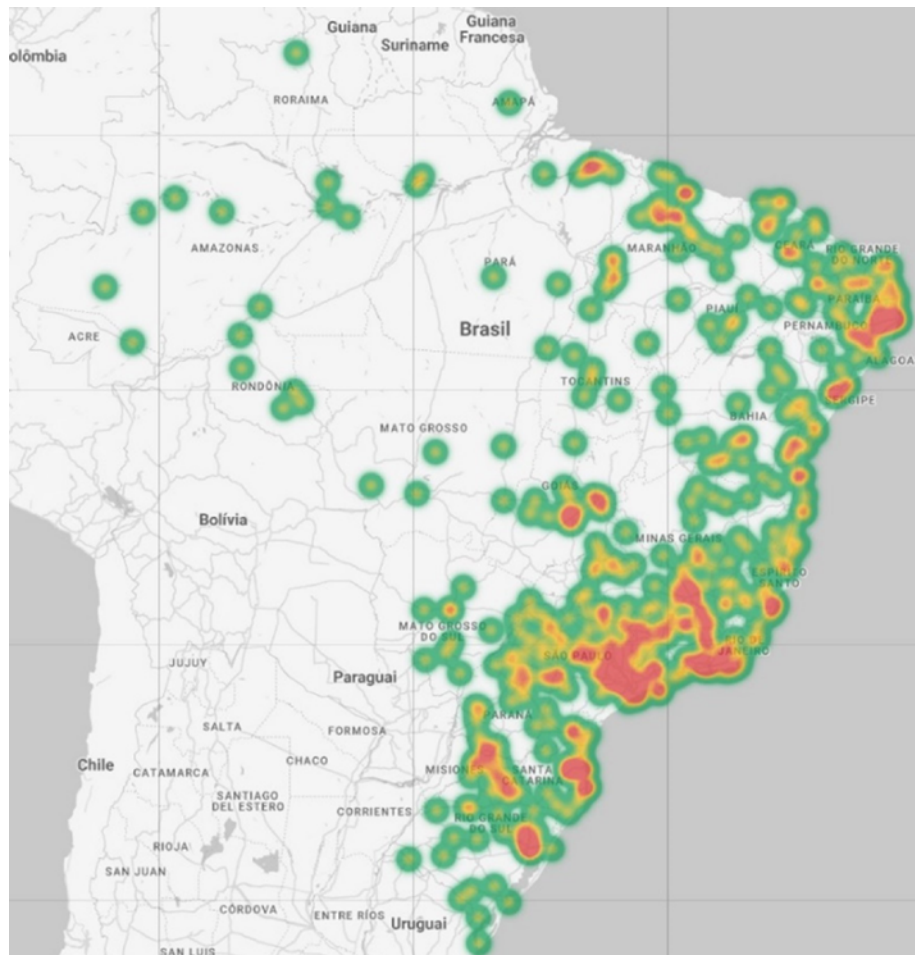
A seguir, o gráfico com o percentual dos recursos das LAIs x total de pedidos de acesso à informação respondidos em 2023 (constando, inclusive, os recursos de terceira instância, ou seja, aqueles que são apresentados, diretamente, pelo demandante, à CGU), apontando uma incidência bem pequena de recursos, demonstrando que o MCOM tem respondido muito bem às demandas de “pedidos de informação” da sociedade. Do total de 591 pedidos de acesso, apenas 49 foram objeto de recurso, o que representa 8,2% do total de pedidos. A baixa incidência de recursos demonstra o nível de satisfação dos usuários de serviços públicos com as respostas entregues pelo MCOM.



Gráfico nº 13 - percentual de recursos x pedidos de acesso. Fonte: Ouvidoria MCom

Origem das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de acesso à informação

O gráfico a seguir (mapa de calor) mostra a dispersão, pelo território nacional, da origem das demandas recebidas na Ouvidoria.



Fonte: Ouvidoria MCom.



CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 - Resumo da situação financeira do MCOM e da evolução 2023x2022

Para o exercício financeiro de 2023, a Lei Orçamentária Anual – LOA e alterações autorizou um gasto da ordem de R\$ 1,7 bilhão, considerando Fundos e Administração Direta do Ministério das Comunicações, excluindo a reserva de contingência. Desse total, 62% dos recursos são destinados ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, enquanto 19% são destinados ao Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel e ao Ministério, respectivamente.

Dotação Orçamentária - Ano 2023 - por unidade

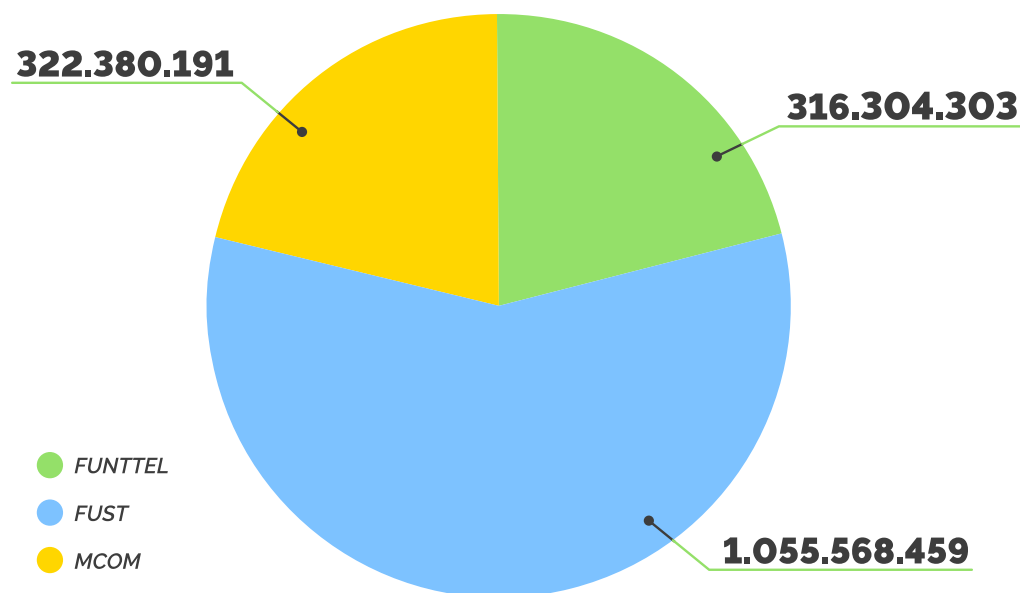


Gráfico nº 14 - Dotação Orçamentária - Ano 2023 - por unidade. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

Conforme Gráfico nº - Empenhado - Ano 2023 - por GND, a seguir, analisando a composição do orçamento empenhado por grupo de despesas, verifica-se que o grupo inversões financeiras representa 77% dos empenhos, enquanto 18% são outras despesas correntes, 4% pessoal e encargos sociais e 1% para investimentos. É importante ressaltar que o elevado valor em inversões financeiras é justificado pelas operações de financiamento realizadas pelos Fundos, recursos estes que não sofrem limitações orçamentárias por serem classificados como despesas financeiras.

Empenhado - Ano 2023 - por GND

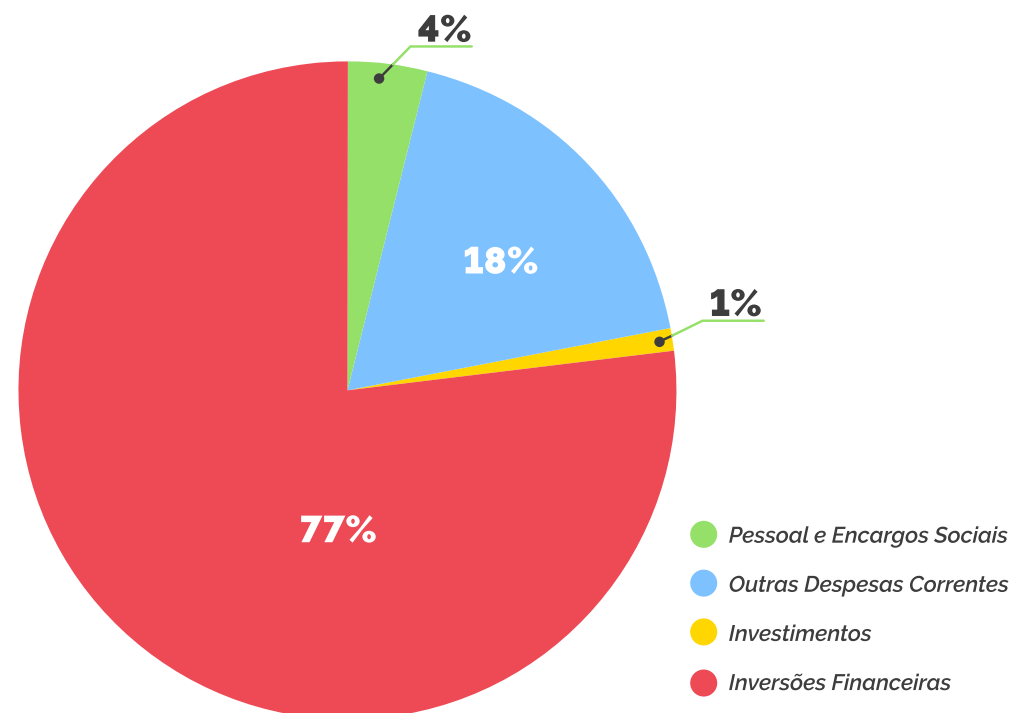


Gráfico nº 15 - Empenhado - Ano 2023 - por GND. Excluída Reserva de Contingência. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

Ainda sobre a execução orçamentária do exercício 2023, constata-se que o nível geral de **empenho perfaz 99,9% da dotação**, ou seja, R\$ 1.693.341.022,00. Enquanto o valor pago, considerando recursos do orçamento 2023, atingiu-se 91%, ou seja, R\$ 1.548.342.000,00.

No que tange às despesas classificadas por Resultado Primário (RP), destaca-se que o RP 0 – Financeiras foi executado na sua integralidade pelos Fundos. Além disso, nota-se que as Emendas Parlamentares (RPs 6, 7 e 8) foram empenhadas inteiramente. Ressalta-se, ainda, que o RP 2 – Discricionárias teve a autorização de R\$ 281.049.619,00. Desse total, o volume empenhado alcançou R\$ 280.150.689,00, que representa 99,7% do autorizado.

Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
0 - Financeiras	1.307.479.463	1.307.479.463	1.307.466.500	1.307.466.500
FUNTTEL	298.102.745	298.102.745	298.102.745	298.102.745
FUST	1.007.493.178	1.007.493.178	1.007.493.178	1.007.493.178
MCOM	1.883.540	1.883.540	1.870.577	1.870.577
1 - Obrigatórias	67.991.466	67.978.466	55.002.800	51.018.477
MCOM	67.991.466	67.978.466	55.002.800	51.018.477
2 - Discricionárias	281.049.619	281.150.689	184.837.977	183.798.293
FUNTTEL	18.201.558	18.201.558	16.853.920	16.853.920
FUST	48.075.281	48.075.281	48.075.281	48.075.281
MCOM	214.772.780	213.873.849	119.908.776	118.869.093
6 - Emendas Individuais	10.099.551	10.099.550	4.673.238	4.673.238
MCOM	10.099.551	10.099.550	4.673.238	4.673.238
7 - Emendas de Bancada	9.882.854	9.882.854	1.385.492	1.385.492
	9.882.854	9.882.854	1.385.492	1.385.492
8 - Emendas de Comissão	17.750.000	17.750.000		
	17.750.000	17.750.000		
Total Geral	1.694.252.953	1.693.341.022	1.553.366.006	1.548.342.000

Tabela nº 5 - Execução por Unidade e Resultado Lei – Ano 2023. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

No que diz respeito às Funções de Governo, verifica-se que em 2023 a função 24 – Comunicações representa basicamente a totalidade da dotação orçamentária desta pasta. Da dotação total de R\$ 1.694.252.953,00, somente o valor de R\$ 744.525,00 é referente às funções 09 – Previdência Social e 28 – Encargos Especiais, conforme indicado na Tabela 6 - Execução por Função de Governo.

Função Governo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	731.525	731.525	664.598	602.124
24 - COMUNICAÇÕES	1.693.508.428	1.692.609.497	1.552.701.408	1.547.739.876
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	13.000			
Total Geral	1.694.252.953	1.693.341.022	1.553.366.006	1.548.342.000

Tabela nº 6 - Execução por Função de Governo – Ano 2023. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

No que tange ao recorte por elemento de despesa, nota-se que a maior parte da execução ocorreu nos elementos “Concessão de Empréstimos e Financiamentos” e “Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ”. Dessa maneira, observa-se que a maior parte da execução foi com as operações de financiamento realizadas pelos fundos, além das contratações de suporte logístico e de tecnologia da informação para o funcionamento do Ministério e das atividades finalísticas de apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital.

Função Governo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.305.595.923	1.305.595.923	1.305.595.923	1.305.595.923
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	131.302.529	131.302.529	77.114.254	77.107.947
41 - CONTRIBUIÇÕES	47.361.682	47.361.682	22.674.505	22.674.505
45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	46.675.030	46.675.030	46.675.030	46.675.030
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.383.657	38.383.567	31.365.165	28.795.112
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	32.316.486	32.280.942	25.204.591	24.293.751
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP. INT. O. RC.	29.822.572	29.759.048	10.590.997	10.562.502
Demais Elementos de Despesa	62.795.164	61.982.301	34.145.541	32.637.231
Total Geral	1.694.252.953	1.693.341.022	1.553.366.006	1.548.342.000

Tabela nº 7 - Execução por Elemento de Despesa – Ano 2023. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

No adiante - Dotação Orçamentária - Ano 2023 - por programa, é refletido que **91% da dotação orçamentária é relativa ao Programa de Governo 2205 – Conecta Brasil**. Tal situação é justificada pelas despesas financeiras, que representam R\$ 1.307.479.463,00 do orçamento total do MCom, conforme apresentado na Tabela nº 5 - Execução por Unidade e Resultado Lei – Ano 2023.

Dotação Orçamentária - Ano 2023
- por programa

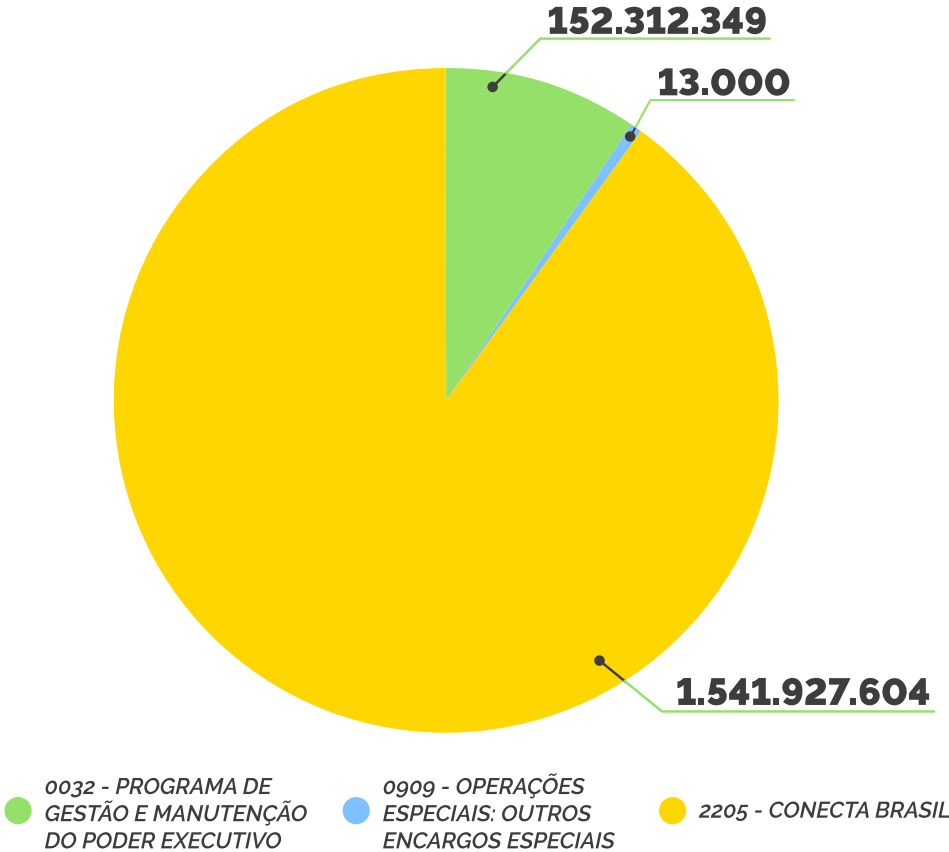


Gráfico nº 16 - Dotação Orçamentária - Ano 2023 - por programa. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024

Com relação as dotações relativas as despesas discricionárias – RP 2, destaca-se que o programa 2205 – Conecta Brasil representa 71% das despesas discricionárias e o programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo representa 29% destas despesas. É válido ressaltar que desse universo, as ações orçamentárias 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital e 2000 – Administração da Unidade - são as que mais se destacam, sendo responsáveis por 45% e 29%, respectivamente, da dotação do RP – 2.

Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2 - Discricionárias	281.049.619	280.150.689	184.837.977	183.798.293
0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER	82.450.343	82.151.601	50.037.784	0
MCOM	82.450.343	82.151.601	50.037.784	0078
2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	81.765.373	81.576.712	49.545.469	00000
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA	574.970	574.970	492.315	489.915
2205 - CONECTA BRASIL	198.599.276	197.999.007	134.800.193	134.800.193
FUNTTEL	18.201.558	18.201.558	16.853.920	16.853.920
OOTS - POLÍTICA PRODUTIVA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	18.201.558	18.201.558	16.853.920	16.853.920
FUST	48.075.281	48.075.281	48.075.281	48.075.281
OOTY - SUBVENÇÃO ECONÔMICA A PROJETOS DE EXPANSÃO	38.075.281	38.075.281	38.075.281	38.075.281
OOUA - SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
MCOM	132.322.927	131.722.168	69.870.992	69.870.992
20V8 - APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL	132.322.437	131.722.168	69.870.992	69.870.992
21AE - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO	6.410.510	6.410.510	818.864	818.864
Total Geral	281.049.619	280.150.689	184.837.977	183.798.293

Tabela nº 8 - Execução do RP 2 - Discricionárias por programa e ação – Ano 2023. Excluída Reserva de Contingência. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

Em comparação com o exercício de 2022, consta-se uma redução de orçamento no montante de R\$ 722,4 milhões, sendo R\$ 409,4 milhões ocorreram em programações orçamentárias do Ministério das Comunicações e o restante de R\$ 312,9 milhões nos Fundos. No caso do Ministério, tal redução é justificada pela edição da Medida Provisória nº 1.1454, de 01/01/2023 (Lei nº 14.600, de 19/06/2023), que estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Com isso, a Secretaria de Comunicação Social – SECOM passou a integrar a estrutura da Presidência da República o que implicou na transposição de R\$ 396,4 milhões do orçamento do MCOM para a Presidência da República. Quanto aos fundos, a redução do orçamento decorre de flutuações na arrecadação que tem como consequência ajustes nas despesas orçamentárias.

2022					
Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
FUNTTEL	487.200.858	299.562.100	293.222.968	474.403	
FUST	1.197.638.339	1.197.638.339	1.168.280.249	1.168.280.249	
MCOM	731.804.865	700.496.323	412.696.149	380.495.919	258.679.297
Total Geral	2.416.644.062	2.197.696.761	1.874.199.366	1.841.999.135	259.153.700
2023					
Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
FUNTTEL	316.304.303	316.304.303	314.956.685	314.956.665	6.339.132
FUST	1.055.568.459	1.055.568.459	1.055.568.459	1.055.568.459	29.358.090
MCOM	322.380.191	321.468.259	182.840.882	177.816.876	258.876.756
Total Geral	1.694.252.953	1.693.341.022	1.553.366.006	1.548.342.000	294.573.978

Tabela nº 9 - Execução: comparação dos anos 2022 e 2023. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

A respeito da execução financeira, observa-se que em 2023 foi realizado um pagamento global de R\$ 1.842.915.978,00, com destaque para as despesas com operações de financiamento no valor de R\$ 1.305.595.923,00 realizadas pelos Fundos, Resultado Primário (RP) O – Financeiras. Além disso, 61% dos gastos com o RP 2 – Discricionárias são referentes aos empenhos inscritos em Restos a Pagar.

Tipo	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos	Pagamento Total
0 - Financeiras	1.307.466.500		1.307.466.500
FUNTTTEL	298.102.745		298.102.745
FUST	1.007.493.178		1.007.493.178
MCOM	1.870.577		1.870.577
1 - Obrigatórias	51.018.477	6.551.837	57.570.315
MCOM	51.018.477	6.551.837	57.570.315
2 - Discricionárias	183.798.293	284.282.201	468.080.495
FUNTTTEL	16.853.920	6.33.132	23.193.052
FUST	48.075.281	48.075.281	48.075.281
MCOM	118.869.093	248.584.979	367.454.072
6 - Emendas Individuais	4.673.238	3.664.373	8.337.611
MCOM	4.673.238	3.664.373	8.337.611
7 - Emendas de Bancada	1.385.492	75.566	1.461.058
MCOM	1.385.492	75.566	1.461.058
Total Geral	1.548.342.000	294.573.978	1.842.915.978

Tabela nº 10 - Pagamentos - Ano 2023. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

Por oportuno, destaca-se que do montante de Restos a Pagar Inscritos do RP 2 – Discricionárias foram pagos R\$ 284.282.201,00, o que representa 75% do montante bruto inscrito. Além disso, 5% do valor inscrito foi cancelado e restaram 20% em programações pendentes de pagamento.

Tipo	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
2 - Discricionárias	379.298.050	17.779.315	284.282.201	77.236.534
FUNTTTEL	6.339.132	18.201.558	6.339.132	
FUST	29.358.090	48.075.281	29.358.090	
MCOM	343.600.828	213.873.849	248.584.979	77.236.534
Total Geral	379.298.050	17.779.315	284.282.201	77.236.534

Tabela nº 10 - Restos a Pagar - RP 2 - Discricionárias. Ano 2023. Em reais. Tesouro Gerencial – acesso em 16/01/2024.

4.2 - Contas relativas aos fundos de financiamento e resultados

Os recursos orçamentários do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust de 2023 foram inteiramente repassados aos agentes financeiros para a execução da política pública, conforme tabela abaixo.

Ano	Ação	Valor	Favorecido	Executado
2023	OOTT	R\$ 350.794.752,00	BNDES	Sim
2023	OOTT	R\$ 455.574.764,00	BNDES	Sim
2023	OOUA	R\$ 10.000.000,00	BNDES	Sim
2023	OOTY	R\$ 36.675.030,10	BNDES	Sim
2023	OOTY	R\$ 1.400.250,90	BNDES	Sim
2023	OOTT	R\$ 59.869.051,00	BNDES	Sim
2023	OOTT	R\$ 141.254.611,00	BNDES	Sim

Tabela nº 11 - Recursos repassados pelo FUST em 2023.

O Conselho Gestor do Fust disponibiliza relatório de gestão próprio com maiores informações sobre o fundo juntamente com demais dados em gov.br/mcom.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, em 2023, repassou aproximadamente R\$ 298 milhões aos seus agentes financeiros: R\$ 186,3 milhões para o BNDES e R\$ 111,8 milhões para a FINEP. Anualmente, o Fundo celebra contratos de empréstimo de longa duração com seus agentes financeiros (BNDES e FINEP), a fim de disponibilizar recursos para concessão de crédito ao setor privado.

Dentre os projetos contratados no ano junto à FINEP, destaque para o financiamento de investimentos no desenvolvimento de soluções em Internet das Coisas, na implantação de redes ópticas nos Estados do Amazonas, Pará e Amapá, integrantes do Programa Norte Conectado, com aquisição de equipamentos desenvolvidos com tecnologia nacional, e o financiamento ao desenvolvimento de soluções integradas de suporte a todas as etapas da operação do serviço 5G. Quanto ao BNDES, cabe destacar a implementação da modalidade de financiamento com recursos do Funttel por meio de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), que têm como vantagem a redução do custo do crédito para pequenos provedores de serviços de telecomunicações.

Maiores informações sobre o FUNTTEL podem ser acessadas em: gov.br/mcom.

4.3 - Principais fatos contábeis e situação financeira em 2023

O grupo das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras é composto por juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos, juros e encargo de mora, variações monetárias e cambiais, descontos financeiros obtidos, remuneração de depósito bancários e outros.

Dentro do Ministério das Comunicações, enquanto órgão superior, destacam-se os juros e encargos de mora, que representam 90,58% do total de arrecadação de VPAs Financeiras. Informa-se que 99% desse valor, o que corresponde a R\$ 1.532.647.836,72, no fechamento do exercício de 2023, refere-se aos registros na conta de juros de mora sobre créditos tributários do FUST – Anatel.

As Transferências e Delegações Recebidas refletem os valores recebidos de forma intragovernamental, intergovernamental por outros órgãos ou empresas. Em relação ao quarto trimestre de 2022, houve uma redução de 61% que pode ser justificada pela desvinculação da EBC e da SECOM deste órgão superior.

Dentre os valores recebidos, destacam-se as transferências da CGTE/STN para o MCom por meio de liberação de recursos financeiros para pagamento de restos a pagar e demais necessidades do órgão. As transferências intragovernamentais (CGTES/STN para o MCOM e MCOM para vinculadas) representam 99,12%, do total recebido como transferência e delegação.

Também houve o recebimento de R\$ 7.354.213,81, em transferências de instituições privadas e trata-se de pagamentos da Fundação Sistel de Seguridade Social para a Telebras. Ao longo do ano corrente foram feitos pagamentos mensais desde abril.

As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas representam 71,53%, do total. Quando comparado ao ano de 2022, houve um aumento de 162%, motivado pela reversão de provisões e ajustes de perdas na ordem de R\$ 31 bilhões de reais, pelo FUST, Anatel e Telebrás, conforme pode ser observado abaixo:

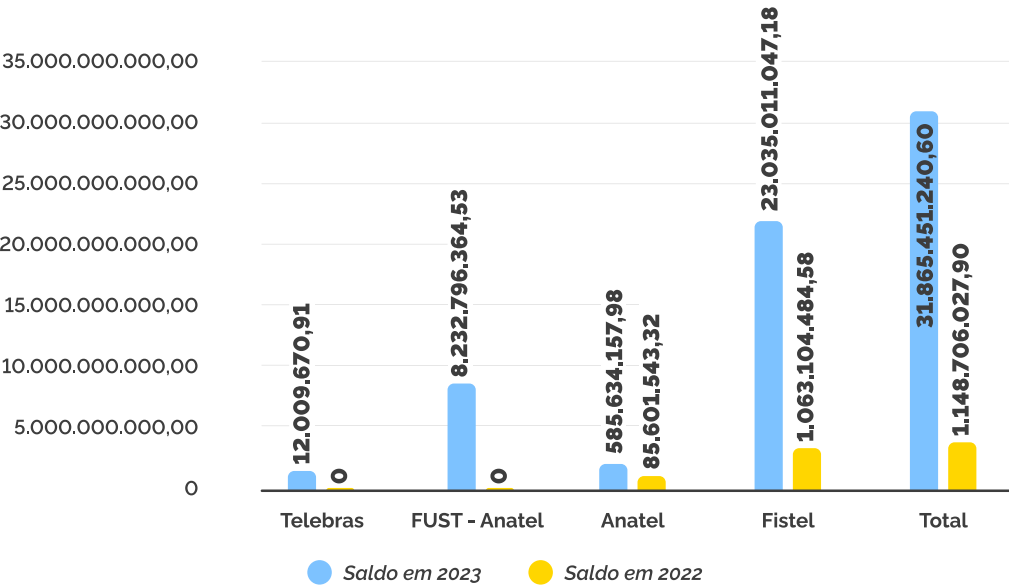


Gráfico nº 17 - Composição das Reversões de Provisões e Ajustes para Perdas – em reais - dados do SIAFI, 2022 e 2023.

O grupo Diversas VPAs é composto por amortização de deságio em investimento, multas administrativas, contratuais e judiciais, restituições, indenizações, ressarcimentos, entre outras contas. A composição por órgão pode ser observada abaixo:

Órgão	Saldos em 12/2023 - R\$
Telebras	1.024.719,63
Ministério das Comunicações	894.536,93
Anatel	3.435.033.894,90
FUST	190.323.992,21
FUNTTTEL	63.549.388,77
Total	3.690.826.532,44

Tabela nº 12. Composição de Diversas VPAs por Órgãos. Fonte: SIAFI, 2023.

Cerca de 44,9% das Diversas VPA's, equivalente a R\$ 1.657.959.275,06, refere-se a dívida ativa não tributária do Fistel-Anatel, e são registros da atualização (positiva) e (negativa) da dívida ativa inscrita de Outorgas dos Serviços de Telecomunicações e Ônus Contratual.

Também se fazem relevantes os valores de multas administrativas, recebidos pela mesma autarquia, as demais receitas que compõe o grupo podem ser observadas abaixo:

Conta	Lançamento	Dez/2023	Dez/2022
	Conta Contábil	Saldo - R\$	Saldo - R\$
Amortização de deságio em investimentos	499410100 Amortização de deságio em investimentos	63.331.975,82	55.237.887,40
	Subtotal	63.331.975,82	55.237.887,40
Indenizações, restituições e ressarcimentos	499610100 Indenizações	166.562.942,57	95.432.992,44
	499610200 Restituições	2.788.725,20	5.607.667,54
	499620100 Indenizações	814.901,23	
	499620200 Restituições	0,00	382,06
	Subtotal	170.166.569,00	101.041.042,04
Multas administrativas, contratos e judiciais	499510100 Multas administrativas	1.405.031.991,28	294.682.858,49
	499520100 Multas administrativas	0,00	10.570,04
	Subtotal	1.405.031.991,28	294.693.428,53
VPA decorrente de fatores geradores diversos	499910100 VPA decorrente de fatores geradores diversos	208.349,31	4.873.185,85
	499910401 Dívida ativa trib.não previd. - principal	195.776.072,50	187.634.226,98
	499910601 Dívida ativa não tributária - principal	1.856.311.574,53	8.268.732.627,82
	Subtotal	2.052.295.996,34	8.461.240.040,65
Total Geral		3.690.826.532,44	8.912.212.398,62

Tabela nº 13. Distribuição de VPA no quarto trimestre de 2023 e 2022.

Percebe-se que ocorreu um crescimento em torno de 476%, em relação ao fechamento do exercício de 2022, sobre as Multas Administrativas e Contratos Judiciais, isso se deve ao reconhecimento dos créditos não tributários a receber do Fistel e Anatel, referentes às Multas previstas na LGT, Ônus Contratual, Outorgas e Certificações e outros.

Já em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas ao encerramento do exercício de 2022, houve uma redução de 55,49%, de acordo com os dados do quarto trimestre do ano corrente. Além disso, em dezembro de 2022, a Empresa Brasil de Comunicação – EBC deixou de ser vinculada a este MCom, o que causou redução em determinadas VPDs, como pessoal.

Destacamos também que no final de junho de 2023, a SECOM passou a compor a estrutura da Presidência da República, contudo, os valores despendidos após a sua saída tenderão a ser menores se comparados com o mesmo trimestre do ano anterior. As demais VPDs podem ser observadas abaixo:

Lançamento	Dez/2023	Dez/2022	Variação
Nome da Conta	Saldo - R\$	Saldo - R\$	%
Pessoal e encargos	571.720.151,24	908.506.323,82	62,93
Benefícios previdenciários e assistenciais	39.446.882,99	59.237.982,38	66,59
Uso de bens, serv.e cons. de capital fixo	1.046.480.867,10	1.268.058.926,79	82,53
Variações patrim. diminut.financeira	177.987.980,80	58.955.620,55	301,90
Transferências e deleg. concedidas	6.163.939.038,74	12.769.816.181,17	48,27
Desv. e perdas de ativos e incorp. passivos	6.740.059.993,15	12.912.658.872,58	52,20
Tributárias	21.237.279,16	29.861.265,85	71,12
Outras variações patrimoniais diminutivas	2.420.240.059,68	2.953.138.835,60	81,95
Total	17.181.112.252,86	30.960.234.008,74	55,49

Tabela nº 14. Composição das VPDs. Fonte: SIAFI, 2022 e 2023.

O quadro abaixo compõe as VPD financeiras do FUST e FUNTTEL durante o exercício de 2023:

Unidade Gestora/Funcional Programática	Empenhado	Liquidado	% Execução	Pago
Administração indireta	1.305.595.923	1.305.595.923	100%	1.305.595.923
Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTTEL	298.102.745	298.102.745	100%	298.102.745
Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações	298.102.745	298.102.745	100%	298.102.745
Fundo Univ. Serv. Telecom. / FUST	1.007.493.178	1.007.493.178	100%	1.007.493.178
Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações	1.007.493.178	1.007.493.178	100%	1.007.493.178
Total das Despesas Financeiras	1.305.595.923	1.305.595.923	100%	1.305.595.923

Tabela nº 15 - VPD's Financeiras do FUNTTEL e FUST. Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 14 de janeiro de 2024.

Os valores dos empenhos pagos pelo FUST, referem-se ao Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações, referem-se aos projetos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O subgrupo das transferências e delegações concedidas trata-se da maior relevância dentro das VPDs, representando 35,86% do total. Este grupo é composto por valores transferidos a órgãos internos e externos da administração pública federal.

Se comparado com o ano anterior, houve uma variação positiva motivada pelo aumento das transferências intragovernamentais concedidas pela Anatel, por meio de programação financeira entre autarquia e os órgãos que a compõe, sendo essa operação descrita como descentralização de recursos.

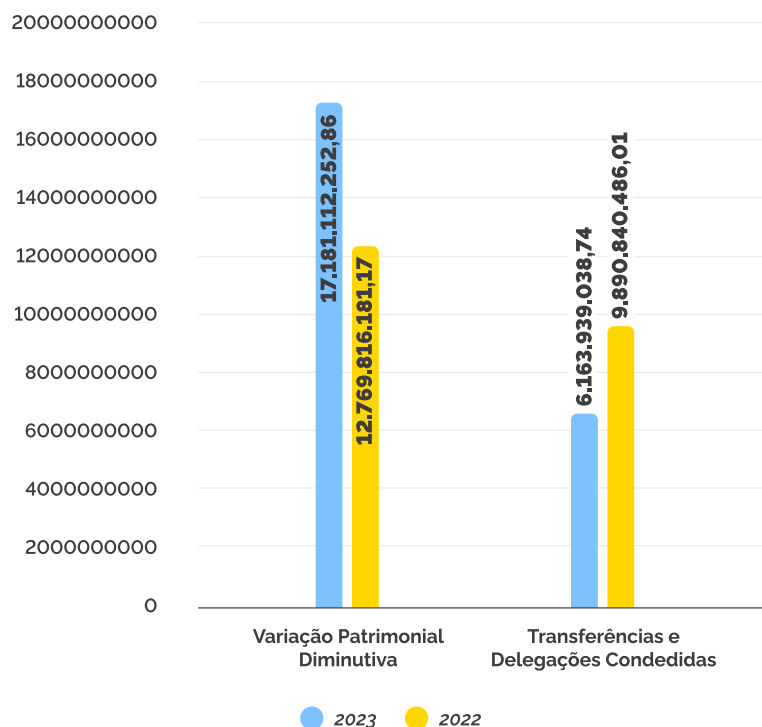


Gráfico nº 18. VPD transferências e delegações concedidas – em reais. Fonte: Elaborado a partir de dados do SIAFI, 2022 e 2023.

No encerramento do exercício de 2023, o FUST havia registrado como variação patrimonial aumentativa R\$ 11.960.002.345,81, a maior parte dessa, cerca de 68,74%, refere a reversão de provisões para ajustes de perdas.

Além disso, resta falar sobre as Contribuições de Intervenção sob Domínio Econômico (CIDE) que representaram 7,6%, equivalente a R\$ 914.312.083,10, do total da VPA do fundo e outras previstas na Lei nº 9.998/2000, tendo como principais fontes de receita:

- 50% das receitas de outorga de concessões, permissões e autorizações de uso de radiofrequências e as decorrentes de multas previstas na LGT, até o limite máximo anual de R\$ 700 milhões (Incisos II e III do art. 6º da Lei 9.998/2000).
- 1% da receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluindo-se o ICMS, o PIS e a COFINS (Inciso IV do art. 6º da Lei 9.998/2000).

Diferentemente do que acontece com o FUST, a maior parte das variações patrimoniais aumentativas, cerca de R\$ 470.003.987,51, refere-se a Contribuições de Intervenção sob Domínio Econômico que representam 0,5% da receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

Os valores arrecadados pelo referido fundo são destinados ao desenvolvimento tecnológico da área de telecomunicações por meio de projetos como o CONECTA BRASIL e parte específica desse valor é reservada a preservação da capacidade de pesquisa do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD por força dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 10.052, de 2000, e do art. 190 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

As fontes principais de suas receitas são:

- Contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o ICMS, o PIS e a COFINS (Inciso III do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).
- Contribuição de um por cento devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas (Inciso IV do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).;
- O produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo (Inciso V do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).;
- O produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores (Inciso VI do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).

4.3.1 - Contratos Operacionais de Maior Materialidade

Em se tratando de contrato de maior materialidade, o Ministério das Comunicações celebrou Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2021, celebrado com a Empresa G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.

O citado contrato possuiu como vigência inicial o período de 28 meses (20/09/2021 a 20/01/2024), atualizado atualmente com o novo Termo Aditivo celebrado a vigência para mais 12 meses (21/01/2024 a 20/01/2025). Ademais, acrescenta-se que o referenciado Termo possuiu o valor total R\$ 40.942.840,32, conforme verifica-se no Processo Administrativo nº 53115.023610/2021-93.

O objeto refere-se à contratação de serviços continuados de apoio administrativo, recepção e secretariado com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos

de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilingue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 4.170,27	R\$ 792.351,30	R\$ 9.508.215,60
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 5.446,56	R\$ 1.089.312,00	R\$ 13.071.744,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 11.348,60	R\$ 499.338,40	R\$ 5.992.060,80
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 12.723,58	R\$ 216.300,86	
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 6.266,16	R\$ 814.600,80	
Total Mensal					R\$ 3.411.903,36
Total para 12 meses					R\$ 40.942.840,32

Tabela nº 16.

HISTÓRICO DO CONTRATO

O **Contrato 65/2021** foi celebrado em 10/09/2021, oriundo de Edital de Pregão Eletrônico 10/2020, lançado pela Central de Compras do Ministério da Economia para atendimento ao Projeto Terceirização. O objetivo era centralizar a contratação de serviços sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, alcançando a padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual.

O preço inicial do contrato foi de R\$ 78.146.335,12 (setenta e oito milhões, cento e quarenta e seis mil trezentos e trinta e cinco reais e doze centavos), com vigência de 28 (vinte e oito meses), **com início na data de 20/09/2021 e encerramento em 20/01/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 3.432,86	R\$ 652.243,40	R\$ 7.826.920,80
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 4.396,13	R\$ 879.226,00	R\$ 10.550.712,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 9.297,49	R\$ 409.089,56	R\$ 4.909.074,72
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 10.421,54	R\$ 177.166,18	R\$ 2.125.994,16
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 5.178,58	R\$ 673.215,40	R\$ 8.078.584,80
Total Mensal					R\$ 2.790.940,54
Total para 12 meses					R\$ 33.491.286,48
Total para 28 meses					R\$ 78.146.335,12

Tabela nº 17: Valores Iniciais do Contrato.

Por conseguinte, celebrou-se o **Termo de Apostilamento nº 1 ao Contrato 65/2021**, promovendo ao contrato as repactuações referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2021 e 2022. A repactuação fora realizada em mesmo exercício, visto que o pedido formal da contratada para revisão dos valores contratuais de ambos os anos se deu no ano de 2022. Ainda, o edital de licitação utilizou-se de preços defasados, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho do exercício de 2021 já havia sido divulgado.

A repactuação fora dividida em **dois marcos** e gerou uma diferença acumulada de **13,38%**, com efeitos a partir de 10/09/2021 (data da assinatura do contrato), passando ao valor global de R\$ 80.643.336,48 (oitenta milhões, seiscentos e quarenta e três mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) com efeitos até 31/12/2021 e, com a aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho de 2022, passou ao valor de **R\$ 88.608.045,12 (oitenta e oito milhões, seiscentos e oito mil quarenta e cinco reais e doze centavos)** com efeitos a partir de 01/01/2022.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 3.536,43	R\$ 671.921,70	R\$ 8.063.060,40
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 4.534,35	R\$ 906.870,00	R\$ 10.882.440,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 9.618,97	R\$ 423.234,68	R\$ 5.078.816,16
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 10.783,04	R\$ 183.311,68	R\$ 2.199.740,16
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 5.344,47	R\$ 694.781,10	R\$ 8.337.373,20
Total Mensal					R\$ 2.880.119,16
Total para 12 meses					R\$ 34.561.429,92
Total para 28 meses					R\$ 80.643.336,48

Tabela nº 18 - Valores praticados de 10/09/2021 a 31/12/2021.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 3.855,45	R\$ 732.535,50	R\$ 8.790.426,00
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 5.030,72	R\$ 1.006.144,00	R\$ 12.073.728,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 10.565,57	R\$ 464.885,08	R\$ 5.578.620,96
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 11.846,08	R\$ 201.383,36	R\$ 2.416.600,32
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 5.843,27	R\$ 759.625,10	R\$ 9.115.501,20
Total Mensal					R\$ 3.164.573,04
Total para 12 meses					R\$ 37.974.876,48
Total para 28 meses					R\$ 88.608.045,12

Tabela nº 19: Valores praticados a partir de 01/01/2022.

Para o exercício de 2023, celebrou-se o **Termo de Apostilamento nº 2 ao Contrato 65/2021**, agora com a repactuação dos valores contratuais decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho das categorias no exercício de 2023. Além das cifras salariais, fora concedido o reajuste dos insumos pelos índices oficiais de inflação descritos em Termo de Referência.

A repactuação fora dividida em **3 marcos** e gerou uma diferença acumulada de **7,7%**:

1. Reajustou em 10,07% os valores de insumo do contrato, compreendendo o período de 12/07/2021 a 12/07/2022, passando ao valor global de R\$ 88.656.645,56 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), com efeitos a partir de 12/07/2022;
2. Repactou em 7,73% os valores trabalhistas do contrato, referente a reequilíbrio econômico-financeiro fruto de convenções coletivas, o qual, dessa forma, passou ao valor global de R\$ 95.511.810,52 (noventa e cinco milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), com efeitos a partir de 01/01/2023;
3. Reajustou em 3,99% os valores de insumo do contrato, compreendendo o período de 12/07/2022 a 12/07/2023, o qual, dessa forma, passou ao valor global de R\$ 95.533.294,08 (noventa e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e oito centavos), com efeitos a partir de 12/07/2023.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 3.857,90	R\$ 733.001,00	R\$ 8.796.012,00
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 5.033,19	R\$ 1.006.638,00	R\$ 12.079.656,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 10.569,60	R\$ 465.062,40	R\$ 5.580.748,80
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 10.569,60	R\$ 465.062,40	R\$ 2.417.422,44
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 11.850,11	R\$ 201.451,87	R\$ 9.121.866,00
Total Mensal					R\$ 3.166.308,77
Total para 12 meses					R\$ 37.995.705,24
Total para 28 meses					R\$ 88.656.645,56

Tabela nº 20: - Valores do contrato após reajuste de insumos de 12/07/2021 a 12/07/2022.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 4.169,19	R\$ 792.146,10	R\$ 9.505.753,20
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 5.445,47	R\$ 1.089.094,00	R\$ 13.069.128,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 11.346,79	R\$ 499.258,76	R\$ 5.991.105,12
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 12.721,79	R\$ 216.270,43	R\$ 2.595.245,16
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 6.264,36	R\$ 814.366,80	R\$ 9.772.401,60
Total Mensal					R\$ 3.411.136,09
Total para 12 meses					R\$ 40.933.633,08
Total para 28 meses					R\$ 95.511.810,52

Tabela nº 21. Valores do contrato após repactuação a partir de 01/01/2023.

Estimativa de preços para os serviços de apoio administrativo e secretariado MCom					
Item	Quantidade Mensal	Descrição	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
1	190	Auxiliar Administrativo	R\$ 4.170,27	R\$ 792.351,30	R\$ 9.508.215,60
2	200	Assistente Administrativo	R\$ 5.446,56	R\$ 1.089.312,00	R\$ 13.071.744,00
3	44	Secretário Executivo I	R\$ 11.348,60	R\$ 499.338,40	R\$ 5.992.060,80
4	17	Secretário Executivo II	R\$ 12.723,58	R\$ 216.300,86	R\$ 2.595.610,32
5	130	Técnico em Secretariado	R\$ 6.266,16	R\$ 814.600,80	R\$ 9.775.209,60
Total Mensal					R\$ 3.411.903,36
Total para 12 meses					R\$ 40.942.840,32
Total para 28 meses					R\$ 95.533.294,08

Tabela nº 22. Valores do contrato após repactuação a partir de 01/01/2023.

Não obstante, findada a vigência contratual inicial em 20/01/2024, celebrou-se **Termo Aditivo nº 1 ao Contrato 65/2021**, prorrogando o prazo da vigência do contrato por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de **21/01/2024 a 20/01/2025**.

Com a redução da vigência contratual, o valor do contrato passou para **R\$ 40.942.840,32 (quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos)**. Em termo supracitado, restou-se assegurado o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos referentes ao aumento de custos em razão da homologação de novo Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que atendidos os requisitos preceituados no termo de referência.

HISTÓRICO DE CARGOS E PAGAMENTOS REALIZADOS

Primordialmente, o Ministério das Comunicações contratou 78 (setenta e oito) postos de trabalho no mês de setembro (assinatura do contrato), atingindo 204 (duzentos e quatro) postos contratados em **dezembro de 2021**, gerando um aumento de 126 postos. No exercício, foram dispendidos **R\$ 2.164.127,43 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil cento e vinte e sete reais e quarenta e três centavos)** para cobertura das despesas contratuais.

Em 2022, janeiro registrou 208 cargos ocupados e, com acréscimo de 55 contratações no decorrer do ano, encerrou com 263 cargos ocupados. No exercício, foram dispendidos **R\$ 14.031.532,06 (quatorze milhões, trinta e um mil quinhentos e trinta e dois reais e seis centavos)** para cobertura das despesas contratuais.

Por fim, o exercício de 2023 registrou 265 cargos ocupados no mês de janeiro. Com acréscimo de 48 cargos, encerrou com 313 cargos ocupados e dispêndio de **R\$ 21.065.404,82 (vinte e um milhões, sessenta e cinco mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e dois centavos)** para cobertura das despesas contratuais.

CONTRATO 65/2021 – CARGOS OCUPADOS

Cargo	Valor do Posto	Postos totais	Postos ocupados	Postos vagos
Auxiliar Administrativo	R\$ 4.170,27	190	70	120
Assistente Administrativo	R\$ 5.446,56	200	132	68
Técnico Em Secretariado	R\$ 11.348,60	130	60	70
Secretário Executivo I	R\$ 12.723,58	44	41	3
Secretário Executivo II	R\$ 6.266,16	17	10	7

Tabela nº 23: Resumo de cargos ocupados no Contrato 65/2021.

CONTRATO 65/2021 - CARGOS OCUPADOS POR LOTAÇÃO

Cargo	GAB	SEXEC	CONJUR	SECOE	SETEL	PR
Auxiliar Administrativo	4	26	0	25	12	3
Assistente Administrativo	6	36	2	64	8	16
Técnico Em Secretariado	9	11	5	21	5	9
Secretário Executivo I	8	7	1	4	9	12
Secretário Executivo II	4	2	1	1	1	1
Total	31	82	9	115	35	41

Tabela nº 24: Resumo de cargos ocupados no Contrato 65/2021 por lotação.

Quanto à execução orçamentária, durante toda a vigência inicial contratual - 20/09/2021 a 20/01/2024 - foram investidos R\$ **37.261.064,31 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)** para mão de obra, correspondente à 39% do valor global do contrato de R\$ 95.533.294,08 (noventa e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e oito centavos).

CONTRATO 65/2021 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2021

Nº Mês	Ano	Mês	Valor pago
9	2021	Setembro	R\$ 98.176,80
10	2021	Outubro	R\$ 223.827,59
11	2021	Novembro	R\$ 805.930,03
12	2021	Dezembro	R\$ 1.036.193,01
Total Anual			R\$ 2.164.127,43

Tabela nº 25: Resumo de cargos ocupados no Contrato 65/2021 por lotação.

CONTRATO 65/2021 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2021

Nº Mês	Ano	Mês	Valor pago
1	2022	Janeiro	R\$ 922.195,31
2	2022	Fevereiro	R\$ 913.289,72
3	2022	Março	R\$ 968.401,06
4	2022	Abril	R\$ 938.937,50
5	2022	Maio	R\$ 1.003.260,82
6	2022	Junho	R\$ 1.110.872,22
7	2022	Julho	R\$ 1.222.423,44
8	2022	Agosto	R\$ 1.219.148,85
9	2022	Setembro	R\$ 1.156.372,62
10	2022	Outubro	R\$ 1.096.843,78
11	2022	Novembro	R\$ 1.746.579,59
12	2022	Dezembro	R\$ 1.733.207,15
Total Anual			R\$ 14.031.532,06

Tabela nº 26: Execução Orçamentária do Contrato 65/2021 no exercício de 2022.

CONTRATO 65/2021 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2023

Nº Mês	Ano	Mês	Valor pago
1	2023	Janeiro	R\$ 1.123.506,03
2	2023	Fevereiro	R\$ 1.159.918,40
3	2023	Março	R\$ 1.239.081,93
4	2023	Abril	R\$ 1.365.374,75
			R\$ 549.177,86
			R\$ 44.094,87
5	2023	Maio	R\$ 1.481.555,72
6	2023	Junho	R\$ 1.454.291,85
7	2023	Julho	R\$ 1.562.143,96
8	2023	Agosto	R\$ 1.594.203,85
9	2023	Setembro	R\$ 1.612.664,68
10	2023	Outubro	R\$ 2.185.315,13
11	2023	Novembro	R\$ 2.185.315,13
			R\$ 260.847,87
			R\$ 1.029.555,46
12	2023	Dezembro	R\$ 2.642.266,97
Total Anual			R\$ 21.065.404,82

Tabela nº 27: Execução Orçamentária do Contrato 65/2021 no exercício de 2023.

Cumprir informar que o contrato se encontra vigente até 20/01/2025, com repactuação programada uma vez publicados novos acordos coletivos das categorias. Segundo histórico dos últimos três anos, **a previsão é de repactuação dos valores salariais e benefícios em 10% (dez por cento).**

Por fim, para fins de transparência ativa, informa-se que demais contratos celebrados pelo MCom poderão ser pesquisados em [Licitações e Contratos — Ministério das Comunicações \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

4.4 - Conclusões de auditorias independentes, dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Controladoria-Geral da União

No âmbito das fiscalizações realizadas pela Controladoria-Geral da União durante o exercício de 2023, foram publicados os seguintes relatórios:

Relatório de Avaliação do Relatório de Gestão do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações - Exercício 2021.

Órgão: Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações

Unidade Examinada: Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações

Relatório de Avaliação: 1281116

Recomendações: As recomendações estão sendo monitoradas pelo órgão de controle interno, e seu atendimento está em vias de ser concluído, uma vez que se referem à publicação do Relatório de Gestão de 2023.

Link: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1282209>

Relatório de Avaliação do Relatórios de Gestão do Ministério das Comunicações (MCOM) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – Exercício 2022.

Órgão: Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações

Unidade Examinada: Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações

Relatório de Avaliação: 1443681

Recomendações: As recomendações estão sendo monitoradas pelo órgão de controle interno, e seu atendimento está em vias de ser concluído, uma vez que se referem à publicação do Relatório de Gestão de 2023.

Link: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1451279>

Informações sobre o cumprimento das recomendações deste Relatório de Auditoria estão detalhadas no Anexo 4, pág. 61.

Relatório de Avaliação do Processo de Outorga de Radiodifusão da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) - Exercício 2022.

Órgão: Ministério das Comunicações

Unidade Examinada: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

Relatório de Avaliação: 1092244

Recomendações: As recomendações estão sendo monitoradas pelo órgão de controle interno, e ainda encontram-se dentro do prazo para atendimento.

Link: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1192460>

Tribunal de Contas da União

No que se refere às fiscalizações do Tribunal de Contas da União, foram consideradas atendidas determinações por meio dos seguintes acórdãos:

Acórdão 9882/2023 – TCU – Segunda Câmara – TC 029.205/2021-2

Link: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2622843>

Acórdão 851/2023 – TCU – Plenário – TC 025.542/2021-4

Link: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2585871>

A relação completa de acórdãos referentes ao Ministério das Comunicações, exarados em 2023, está disponível no anexo 5.

4.5 - Locais de acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão disponíveis nas notas explicativas que, por sua vez, estão no site do Ministério das Comunicações:

Acesso à informação > Transparência e Prestação de Contas > [Demonstrações Contábeis](#).

Informa-se ainda, que as Notas Explicativas do 4º trimestre de 2023, são disponibilizadas no site do MCom a partir do dia 31 de janeiro de 2024, conforme previsto na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, por determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), também são enviadas através do SIAFI.

4.6 - Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis

A base para preparação das demonstrações e práticas contábeis do Ministério das Comunicações está de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público - NBC TSP Estrutura Conceitual. Esses relatórios contábeis são instrumentos de transparência e controle social, portanto, são elaborados seguindo tal premissa.

Cumprе destacar que as demonstrações são constituídas por dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que são consolidados a nível de órgão superior. Compõe as demonstrações Contábeis deste Mcom: o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações Patrimoniais (DMPL) e Notas Explicativas.

Essas Demonstrações Contábeis são obrigações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), NBC TSP – do Setor Público e NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

The background is a solid pink color. In the top-left corner, there is a white graphic consisting of six lines radiating from a central point, resembling a stylized star or a compass rose. In the top-right and bottom-left corners, there are large, irregular green shapes that appear to be overlapping the pink background.

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

ANEXO 1 – GESTÃO DE PESSOAS

Para mais informações sobre a gestão de pessoas do Ministério das Comunicações acesse a página: gov.br/mcom.

- Concursos e seleções: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/concursos-e-selecoes>
- Despesas das ações de desenvolvimento: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/despesas-das-acoes-de-desenvolvimento>
- Lista de empregados terceirizados: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/terceirizados>
- Rol de responsáveis: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/rol-de-responsaveis-1>
- Remuneração dos servidores: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/remuneracao-dos-servidores>
- Programa de gestão (teletrabalho): <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/programa-de-gestao-pg-mcom>

ANEXO 2 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para mais informações, inclusive acesso aos documentos sobre as licitações e contratos realizados pelo Ministério das Comunicações acesse a página: [gov.br/mcom](https://www.gov.br/mcom).

- Licitações: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Contratos: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Dispensas: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Inexigibilidades: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Ata de Registro de Preços: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Plano de Contratações Anual - PCA para o ano de 2023: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1/arquivos/PCA2023EmExecuoAgostode2023.pdf>
- Concorrência: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Credenciamento: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Chamamento Público: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Arquivos: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>

ANEXO 3 – CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS

Para informações sobre os convênios e transferências do MCom acesse a página <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias-mcom>.



ANEXO 4 – CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA CGU N° 1443681 - RECOMENDAÇÕES		
N°	Recomendação	Evidência de cumprimento
1	Incluir, nos relatórios de gestão dos próximos exercícios, a análise expressa das principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de o MCOM alcançar seus objetivos.	Capítulo 2 – item 2.2 – página 21
2	Incluir, nos relatórios de gestão dos próximos exercícios, link para acesso das demonstrações contábeis e notas informativas na íntegra.	Capítulo 4 – item 4.5 – página 56.
3	Para os relatórios de gestão dos próximos exercícios, aprimorar a conectividade da seção de apresentação de políticas públicas (seção nº 3.6) e a apresentação de resultados (seção nº 6.1) por meio de links/apontamentos no próprio relatório.	Capítulo 3 – item 3.4 – página 28
4	Incluir, nos relatórios de gestão dos próximos exercícios, maior detalhamento sobre os resultados recursos geridos pelo Funttel devido a sua materialidade e relevância.	Capítulo 4 – item 4.2 – página 46.
5	Para os relatórios dos próximos exercícios, aprimorar a apresentação dos resultados do Programa de Gestão, em especial em relação ao aumento de produtividade e qualidade das entregas.	Com relação ao Programa de Gestão, o Ministério das Comunicações está passando pela fase de reorganização interna dos atos normativos e processos em geral, buscando a conformidade e adequação necessária ao novo modelo do Programa de Gestão instituído pelo Ministério da Gestão e Inovação- MGI (Instrução Normativa MGI nº 24/23). Adicionalmente, conforme orientação do TCU em reunião ocorrida em 25/01/24, os processos de suporte, como o de Gestão de Pessoas, não são mais objeto do conteúdo obrigatório do Relatório de Gestão (DN TCU 198/22) – Relato Integrado.
6	Dar mais transparência, nos relatórios de gestão dos próximos exercícios, aos motivos e às dificuldades do MCOM na adoção de soluções de contratação de mão de obra temporária para aumento da força de trabalho.	Em 2023, não houve seleção para contratação de mão de obra temporária. As contratações realizadas pelo Mcom podem ser observadas no link "concursos e seleções", presente no Anexo 1 – Gestão de Pessoas - página 58. Adicionalmente, conforme orientação do TCU em reunião ocorrida em 25/01/24, os processos de suporte, como o de Gestão de Pessoas, não são mais objeto do conteúdo obrigatório do Relatório de Gestão (DN TCU 198/22) – Relato Integrado.
7	Instituir, na rotina interna de elaboração do Relatório de Gestão do MCOM, aprimoramentos da prestação de contas, divulgando informações que facilitem a contextualização e o entendimento dos resultados obtidos, em especial: a. justificativas para as metas não alcançadas e para as metas superadas; b. maior clareza e formatação da exposição gráfica dos resultados estratégicos do ministério, bem como da cadeia de valor e do modelo de negócios; c. identificação da ordem de grandeza dos valores apresentados em gráficos com informação numérica. d. aprimoramento de rotina interna de revisão dos dados incluídos no relatório para mitigação dos riscos de erro material nas publicações; e. apresentação de informações gerenciais a respeito dos contratos operacionais de maior materialidade do MCOM.	a – Anexo 7 - Indicadores e Resultados – página 65. b – Resultados Estratégicos – capítulo 3 - item 3.4 – página 28. - Cadeia de Valor e Modelo de Negócio – capítulo 1 – item 1.4 – páginas 13 e 14. c – A referência às informações numéricas foram padronizadas nas legendas dos gráficos. d – Foram adotadas medidas de revisão dos dados com todas as unidades envolvidas no levantamento de informações para elaboração do Relatório de Gestão 2023, inclusive com mais de uma etapa de verificação. e – Capítulo 4 - item 4.3.1 – página 50.
8	Para os relatórios de gestão dos próximos exercícios, adicionar, no início do documento, um sumário executivo com os principais resultados alcançados no exercício.	Mensagem do Ministro – página 6.
9	Para os relatórios de gestão dos próximos exercícios, evidenciar, no início do documento, a missão e visão do órgão que servem de base para a estratégia do MCOM.	Capítulo 1 – item 1.1 – página 11

ANEXO 5 – Acórdãos publicados em 2023 pelo Tribunal de Contas da União

Secretaria-Executiva - SEXEC

Acórdão	Link para acesso
Acórdão 726/2023 – Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2584103
Acórdão 10121/2023 - 1ªCâmara	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2611282
Acórdão 2082/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2628835
Acórdão 9882/2023 - 2ªCâmara	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2622843
Acórdão 2388/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2635473
Acórdão 2430/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2637661
Acórdão 9477/2023 - 2ªCâmara	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2612680
Acórdão 1499/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2557688
Acórdão 1177/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2593294
Acórdão 687/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2584836
Acórdão 1598/2023 - 1ª Câmara	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2528659

Acórdão 1205/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2593893
Acórdão 1402/2023 – Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2591452
Acórdão 687/2023 – Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2584836
Acórdão 986/2023 – Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2590434

Secretaria de Telecomunicações – SETEL

Acórdão	Link para acesso
Acórdão 660/2023-Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2554964
Acórdão 851/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2585871
Acórdão 740/2023 – Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2567572

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE

Acórdão	Link para acesso
Acórdão 2214/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2627919

Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

Acórdão	Link para acesso
Acórdão 1219/2023 - Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2574771

ANEXO 6 – TABELA DE RISCOS E MEDIDAS DE CONTROLE

Ambiente de Controle/Objetivos Estratégico	Descrição do risco (evento)	Causa	Consequência / Impacto	Medida de tratamento
Implementar a metodologia da Política de Gestão de Riscos do MCOM	Perda dos dados dos planos de gestão de riscos.	(1) ausência de sistema informatizado; (2) ferramenta utilizada (Excel) é limitada/ inapropriada.	(a) gestão de riscos comprometida/ineficaz; (b) retrabalho de levantamento junto às equipes; (c)desgaste interno (d)Implantação deficiente da metodologia de gestão de riscos; (e) vazamento de informações restritas.	Adoção de um sistema informatizado para gestão de riscos no Mcom.
Promoção da Transparência ativa por meio da disponibilização de informação pública	Disponibilizar informações restritas ou sigilosas	(1) Erro na classificação do nível de acesso; (2) Falhas na segurança da informação; Vazamento de dados	(a) Desativação dos sistemas, banco de dados e outras fontes de informação; (b) Ações corretivas por órgãos de controle; (c) Descumprimento a legislações específicas; (d) Vazamento de dados; (e) Acesso a informações restritas/sigilosas	Capacitação dos servidores e colaboradores; Aperfeiçoamento das técnicas de segurança da informação;
Implantação e gestão do sistema de processo eletrônico	Ocorrência de incidentes durante a migração do sistema SUPER	(1) Falta de documentação adequada e completa; (2) Falta de envolvimento das partes interessadas.	(a) perda de dados; (b) fracasso na migração.	Aprimoramento da transferência de conhecimento entre a equipe, com reuniões periódicas de acompanhamento.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Desligamento e evasão de colaboradores da CGTI.	Falta de capacidade de execução das atividades, afetando as entregas ou qualidade dessas.	(a) Atraso nas entregas e/ou baixa qualidade; (b) Limitação na execução de novos projetos de TI.	Solicitação de realização de concursos para servidores efetivos especialistas na área e com salários mais atrativos conforme o mercado de trabalho. Promoção de ações de valorização, engajamento e retenção de talentos, com incentivos para qualificação e crescimento.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Falta de comprometimento das demais áreas para execução das ações previstas nos diversos planos: PPSI, PTD e PDTIC.	Planos acordados em variadas instâncias internas e externas.	Atraso nas entregas e/ou baixa qualidade.	Aprimoramento das ações de comunicação sobre os planos - PPSI, PTD e PDTIC.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Descumprimento dos níveis de serviços mínimos estabelecidos em contrato.	Ineficiência/Falha na fiscalização dos contratos.	Baixa qualidade ou indisponibilidade dos serviços.	Manter a equipe de fiscalização permanentemente treinada.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Estimativa inadequada de preços dos serviços e bens de TIC a serem licitados.	Descumprimento do rito estabelecido nos normativos vigentes sobre o tema.	Sobrepreço e/ou preços inexequíveis/ Aplicação irregular dos recursos públicos.	Atualização e capacitação da equipe de planejamento e dos servidores envolvidos nos processos de contratação.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Indisponibilidade de sistema computacional crítico	Falha de Hardware: Uma falha de hardware nos ativos de Infraestrutura de TI pode causar uma interrupção significativa dos serviços	Tempo de inatividade prolongado, perda de dados.	Realização de manutenção preventiva regular em equipamentos críticos; Garantir que os equipamentos estejam em boas condições de funcionamento, com suporte e garantia vigentes; Atualizar o plano de contingência para incluir procedimentos de resposta a falhas de hardware.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Perda de informações valiosas dos serviços de suporte de T.I.	(1) Troca de fornecedor; (2) O contrato atual de suporte à Infraestrutura de T.I. celebrado com a empresa DSS permite que a contratada gerencie o licenciamento; (3) sistema não ter as informações de catálogo e fluxo dos serviços migradas; (4) Falta de licenciamento próprio do MCOM da ferramenta de ITSM (Marval).	Adoção de nova ferramenta ITSM sem o histórico de informações registradas no sistema Marval.	Realização de reunião periódica de acompanhamento.
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Parada da rede interna de todo MCOM	Inatividade de um link de rede crítico, questões de roteamento, congestionamento na infraestrutura de rede ou falhas nos componentes de cabo de rede.	Interrupção de serviços críticos, perda de produtividade e insatisfação dos usuários.	Redundância de Links de Rede, Plano de Recuperação de Desastres (DRP)
Planejamento, implementação e manutenção das atividades de tecnologia da informação.	Incapacidade de atendimento às demandas de sustentação de sistemas em prazo e qualidade adequados.	Falta de recursos humanos técnicos para atendimento às demandas de sustentação do Ministério.	Falhas e indisponibilidade dos sistemas do Ministério.	Planejamento adequado para contratação que atendas as necessidades de serviços de TI.

Administração do patrimônio	Comunicação ineficiente entre as áreas e a coordenação de patrimônio	Perdas, extravios e/ou danos a bens; Desatualização dos responsáveis; falta de responsabilização pelos prejuízos.	Perdas, extravios e/ou danos a bens; Desatualização dos responsáveis; falta de responsabilização pelos prejuízos.	Criação de portaria/manual de procedimentos de patrimônio; Divulgação dos procedimentos e capacitação para as outras áreas.
Contratações públicas	Malversação de recursos públicos no âmbito das contratações públicas - Falha no planejamento inicial da contratação, resultando em contratação insuficiente e/ou onerosa	Ausência de planejamento inicial da contratação; falha na especificação do objeto; déficit no modelo de execução; falha em gestão e fiscalização contratual.	Aumento nos custos contratuais; alterações contratuais em decorrência de execução, insatisfação do usuário; prejuízos temporais e ao erário; rescisão contratual	Elaborar normativos internos para contratações e gestão contratual; capacitação em normativos vigentes à servidores responsáveis pela instrução e gestão contratual nas áreas demandantes, submeter os processos de contratação de maior vulto (definir valores) ao Controle Interno para análise de riscos.
Gestão orçamentária e financeira	Indisponibilidade orçamentária e financeira	Impacto nas políticas públicas sob responsabilidade do MCOM	Impacto nas políticas públicas sob responsabilidade do MCOM	Acompanhamento da legislação, controle do processo orçamentário, financeiro e dos registros contábeis
Gestão de pessoas	Dimensionamento adequado da força de trabalho do MCOM Baixa retenção de pessoas	Não efetivação do Dimensionamento da Força de Trabalho adequado do Mcom; acúmulo de tarefas e sobrecarga; absenteísmo e não cumprimento de prazos	Não efetivação do Dimensionamento da Força de Trabalho adequado do Mcom; acúmulo de tarefas e sobrecarga; absenteísmo e não cumprimento de prazos	Realização do concurso
OE PPA - 0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Inviabilidade do acordo entre Winity e Operadoras	Medidas regulatórias impostas pela Anatel/ CADE	Descumprimento dos compromissos de cobertura de rodovias e localidades do Leilão 5G	Monitoramento quanto à necessidade da execução da garantia contratual do Leilão 5G de cumprimento dos compromissos de abrangência associados à faixa de 700 MHz
OE PPA 0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Operação de empresas regionais com margens financeiras inadequadas	Menor presença de mercado das operadoras regionais	Descumprimento dos compromissos de cobertura de municípios e localidades do Leilão 5G	Monitoramento quanto à necessidade da execução da garantia contratual do Leilão 5G de cumprimento dos compromissos de abrangência associados às faixas de 2,5 e 3,5 GHz
OE PPA 0097 - Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações	Frustração de receitas da contribuição para o Funttel	Mudanças na dinâmica do mercado de comunicações, com maior proeminência de serviços de valor adicionado (que não integram a base de cálculo da contribuição) e de empresas sujeitas a regimes especiais de tributação (como o Simples Nacional)	Limitação de fonte orçamentária, impactando a disponibilidade de recursos para apoio reembolsável e não reembolsável	NA
OE PPA 0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Falta de materiais encaminhados para desfazimento pelos órgãos do executivo federal	Falta de adesão dos órgãos da administração pública federal à Política Nacional de Desfazimento de Bens	Fluxo de recondicionamento de computadores interrompido por falta de recursos, impedindo a instalação de pontos de inclusão digital	Fomentar entre os órgãos da administração pública federal e local a adesão à Política Nacional de Desfazimento de Bens direcionada ao Programa Computadores para Inclusão
OE PPA 0151 - Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade	Falta de interesse da população nos cursos oferecidos	Falta de divulgação dos cursos para a população	Programa Computadores para Inclusão não alcança seus objetivos e metas	Ampliar a divulgação dos cursos oferecidos em diferentes esferas públicas
OE PPA 0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Aprovação de Licenciamento e Autorizações de órgão Municipais, Estaduais e Federais.	Falta de priorização dos órgãos e falta de clareza quanto aos requisitos e órgãos que avaliam as aprovações.	Atraso na implantação dos projetos das Infovias PAIS	MCOM sensibilizar os órgãos para que priorizem as análises com celeridade
OE PPA 0157 - Expansão da digitalização da TV Aberta (TV 2.0)	Ausência/inviabilidade de canais	Bases de dados sobre os canais desatualizadas Super ocupação do espectro Fluxos processuais de alocação de canais Mcom-Anatel desatualizados	Baixa oferta de canais Judicialização do chamamento público Desgaste/descrédibilidade do MCom junto ao setor Aumento do uso clandestino do espectro	Desenvolver um novo sistema que integrará as bases de dados de canais e minimizará os erros. Processar o desligamento antecipado de canais analógicos. Sinalizar à Anatel necessidade de estudo de liberação de espectro para radiodifusão.

ANEXO 7 – Indicadores e Resultados

Unidade	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	Unidade de Medida	Meta 2023	Resultado 2023	%	Justificativa para não alcance ou superação
SECOE	Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil.	Número de outorgas dos serviços de radiodifusão (TVE, FM e Radcom)	Unidade	10.070	10,212	101%	
		Percentual de digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens	%	96%	98%	102%	
		Quantitativo de Documentos/Tarefas concluídos no período	Unidade	3.000	3.097	103%	
		Número de outorgas de serviços ancilares à radiodifusão (RTVD e RTR)	Unidade	16.793	15.863	94%	A meta definida no Planejamento Estratégico para o período de 01/04/2023 a 30/09/2023, para o indicador "Número de outorgas de serviços ancilares à radiodifusão (RTVD e RTR)" previu um acréscimo de novas 1.500 novas autorizações de RTVD e RTR para o período (valor realizado e apurado em 01/04/2023 foi de 15.293 estações e o valor definido para a meta a ser apurada em 01/10/2023 foi de 16.793). Tal meta foi proposta num momento em que havia a previsão do desligamento do sinal analógico dos Serviços de TV e de RTV em 4.191 municípios até dezembro de 2023. Contudo, o número de solicitações encaminhadas ao Ministério para desligamento do canal analógico com consequente autorização do canal digital correspondente foi aquém do esperado. Ou seja, como as entidades não apresentaram um volume expressivo de solicitações, não houve um volume de pedidos suficientes para atingir a meta, o que, inclusive, motivou o Ministério a adiar o desligamento do sinal analógico para 30/06/2025 em 1.265 localidades (Portaria nº 11.476/2023).
SETEL	Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.	Índice de conectividade para o Brasil	Índice	0,959	0,959	100%	
		Pontos instalados no âmbito do Programa Wi-Fi Brasil	Unidade	20.100	21.349	106%	
		Acessos 4G ativos	Unidade	190.000.000	194.686.243	102%	
		Dispositivos IoT conectados	Unidade	18.000.000	20.675.222	115%	O resultado do indicador "Dispositivos IoT conectados" referente a 01/10/2023 foi de 20.575.222 dispositivos, superando em 14,3% a estimativa de 18.000.000 de dispositivos esperada para o período. Nesse sentido, cumpre esclarecer que a meta de 18 milhões de dispositivos para o período foi definida considerando-se a possibilidade de eventuais movimentos de decréscimo ou de estagnação já observados em sua tendência (conforme ocorrido, por exemplo, em meados de 2022), o que, na prática, não ocorreu.
		Quantidade de acessos de banda larga fixa	Unidade	44.000.000	47.900.594	109%	
		Percentual de instrumentos de aplicação de recursos anuais do Funttel aprovados	%	100%	100%	100%	Todos os instrumentos de aplicação de recursos do Funttel foram aprovados antes de outubro de 2023. Ou seja, a meta de 100% foi atingida.

Unidade	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	Unidade de Medida	Meta 2023	Resultado 2023	%	Justificativa para não alcance ou superação
SETEL	Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital.	Cidades conectadas nos trechos de infovias implantadas no âmbito do Programa Norte e Nordeste Conectados	Unidade	20	20	100%	
		Processos de debêntures analisados em até 60 dias	%	75%	100%	133%	Em março de 2023 entrou em produção o Sistema de Projetos Prioritários, por meio do qual os pedidos de reconhecimento de projetos como prioritários passaram a ser submetidos, o que possibilitou analisar as solicitações com maior celeridade.
		Percentual de aplicação de recursos orçamentários disponibilizados ao FUST	%	100%	100%	100%	Informa-se que a execução dos recursos do FUST foi realizada em dezembro.
SEEXEC	Desenvolver competências e valorizar pessoas	Percentual de Servidores do MCom que participaram ou estão em capacitação de, no mínimo, 20h no período de apuração	%	30%	24%	78%	No período de julho a setembro do houve uma queda nas demandas de capacitação
	Desenvolver e manter a rede de indicadores do setor de comunicações.	Percentual de execução do plano de BI do Mcom	%	100%	100%	100%	
	Aprimorar a governança, a integridade, a gestão estratégica e a gestão da informação	Percentual de execução do projeto de implantação do sistema de governança do MCom no período	%	100%	100%	100%	
	Garantir recursos materiais e infraestrutura de TIC necessários ao desempenho das atribuições institucionais	Percentual de execução do PDTIC em relação ao planejado para cada ano	%	22,50%	50%	222%	Considerando que o primeiro PDTIC do MCOM (2021-2022), foi basicamente orientado para a estruturação da TI, haja vista a necessidade de contratações para estruturar a TI do MCOM, pode-se considerar o PDTIC vigente (2023/2024) o primeiro instrumento de planejamento e, por este motivo, estamos em processo de aprendizado e maturação do planejamento dos recursos e projetos de TI. Tal consideração explica a discrepância encontrada na realização do PDTIC 2023/2024 em relação as metas planejadas.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



gov.br/**mcom**

